



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

**Processo nº:** 4.027/09

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do DF

**Assunto:** Representação

**Órgão Técnico:** Secretaria de Acompanhamento - SEACOMP

**MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Advogado:** Dr. Vinícius Gonçalves (OAB/DF nº 28.416).

**Sessão:** Pauta nº 73, S.O. nº 4905, de 11.10.2016

**Publicação:** DODF nº 190, de 6.10.2016, pág. 9

**Ementa:** Representação nº 07/2009-CF, do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, versando sobre eventual inobservância dos princípios da legalidade e economicidade do Contrato de Gestão nº 01/09-SES/DF firmado, com dispensa de licitação, entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF e a Real Sociedade Espanhola de Beneficência, tendo por objeto a gestão do Hospital Regional de Santa Maria – HRSM.

Conhecimento da exordial e determinação para realização de inspeção (Decisão nº 762/09-CAM). Inspeção realizada.

Juntada de Ofício do **Parquet** especializado e de denúncia solicitando cautelarmente o impedimento da continuidade do Contrato de Gestão.

Indeferimento da cautelar e audiência dos titulares da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do DF e da Secretaria de Estado de Saúde (Decisão nº 2.535/09-CAM).

Representação conjunta do Ministério Público solicitando novamente a suspensão do Contrato. Indeferimento e determinação à então 2ª ICE (Decisão nº 4.285/09-CAM).

Apresentação de justificativas e manifestação da Real Sociedade Espanhola.

Procedência parcial das justificativas, alerta e determinações à jurisdicionada (Decisão nº 94/10-CMA). Atendimento.

Novas determinações (Decisão nº 2.358/13-CMA).



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

Interposição de Pedido de Reexame pelo Ministério Público junto a esta Corte.

Conhecimento do apelo e notificação da Secretaria de Estado de Saúde para apresentar contrarrazões (Decisão nº 3.007/13-CMA).

Concessão de prazo à Real Sociedade Espanhola de Beneficência e à empresa Intensicare Gestão de Saúde Ltda. para manifestação (Despacho Singular nº 287/14-CRR).

Remessa de documentos.

Exame de mérito do recurso.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere o provimento do apelo.

O Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento da SEACOMP acolhe as proposições do Corpo Técnico, com acréscimo de se considerar ilegal o Contrato nº 21/09 celebrado entre a Real Sociedade Espanhola de Beneficência e a empresa Intensicare Gestão de Saúde Ltda.

O Ministério Público opina pelo provimento do recurso, pela instauração de autos apartados para apreciar a regularidade e economicidade dos pagamentos decorrentes do Contrato nº 21/09 e pela aplicação de multa aos responsáveis.

VOTO de acordo com o Diretor da 2ª Divisão da SEACOMP.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame da Representação nº 07/2009-CF, do Ministério Público junto a esta Corte, versando sobre eventual inobservância dos princípios da legalidade e economicidade do Contrato de Gestão nº 01/09-SES/DF firmado, com dispensa de licitação, entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF e a Real Sociedade Espanhola de Beneficência (fls. 1/18).

2. O mencionado ajuste teve por objeto a organização,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

implantação, execução e operacionalização das ações e serviços de saúde a serem prestados no Hospital Regional de Santa Maria (fls. 160/173).

3. O valor do contrato era de R\$ 222.000.000,00 (duzentos e vinte e dois milhões de reais), com o prazo de vigência de 2 (dois) anos.

4. No Tribunal foram proferidas as seguintes deliberações:

### **DECISÃO Nº 762/09-CAM (fl. 38)**

*“O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base no art. 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento da Representação nº 07/2009 - CF, fls. 01/18; II – determinar a remessa dos autos à Inspeção competente para que, com espeque no art. 121 do Regimento Interno do Tribunal, **realize, no prazo de 15 (quinze) dias, inspeção na Secretaria de Estado de Saúde** e promova a instrução dos autos, verificando, ainda, se o fato denunciado consta examinado ou em exame no âmbito do Tribunal.”*

### **DECISÃO Nº 2535/09-CAM (fls. 447/448)**

*“O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base no art. 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 41/09 (fls. 98/138) e da Informação nº 70/09 (fls. 313/322); b) do Ofício nº 112/09-CF, encaminhado pelo Ministério Público junto à Corte (fl. 140), e da documentação anexa (fls. 141/286); c) da denúncia acostada à fl. 287 e da documentação anexa; d) da decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 2009.01.1.048713-4, ajuizada pelo MPDFT perante o juízo da Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, referente ao Contrato de Gestão SES/DF nº 1/2009; e) do pedido de remessa de cópia do inteiro teor dos autos (fl. 323); f) do memorial de fls. 365/385; II - indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado na representação do Ministério Público e na denúncia, informando aos respectivos signatários que: a) os fatos narrados na denúncia acerca do Contrato de Gestão já são objeto de apuração pelo Tribunal no feito em exame, cuja tramitação e respectivas decisões poderão ser acompanhadas pelos interessados na página do TCDF na Internet; b) com referência aos pedidos de concessão de medida cautelar constantes da denúncia, verifica-se a existência da Ação Civil Pública nº 2009.01.1.048713-4, ajuizada perante o juízo da Oitava Vara da Fazenda Pública do DF pelo MPDFT, no qual houve revogação de liminar impeditiva da continuidade do contrato de gestão, revogação essa ocorrida pouco antes da data prevista para entrada em funcionamento do Hospital de Santa Maria, em 22.04.09, por Decisão do Presidente do TJDF, ”*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

Desembargador Nívio Gonçalves (Processo nº 2009.00.2.005025-1), o que impede qualquer manifestação do TCDF sobre a mesma matéria, ante a prevalência das decisões judiciais; **III - determinar a audiência do titular da Secretaria de Planejamento e Gestão** para apresentar razões de justificativa em face da qualificação da entidade Real Sociedade Espanhola de Beneficência como organização social no DF, em decorrência dos requisitos preestabelecidos no art. 2º, alíneas “f” e “i”, da Lei nº 4.081/08, bem como no art. 2º, § 1º, do Decreto nº 29.870/08; **IV - determinar a audiência do titular da Secretaria de Saúde e do Secretário-Adjunto de Saúde** para apresentarem razões de justificativa, em face das seguintes constatações observadas no exame do Contrato de Gestão nº 01/2009-SES/DF: a) possível insuficiência das justificativas para dispensa de licitação em favor da entidade Real Sociedade Espanhola de Beneficência, tendo em vista os aspectos suscitados pelo Ministério Público junto ao Tribunal (parágrafos 72/78 da Informação nº 41/09); b) possível inobservância de requisito legal para a celebração de contrato de gestão, previsto no art. 9º, inciso V, § 1º, do Decreto nº 29.870/08 (parágrafos 66/71 da Informação 41/09); c) ausência da publicação na imprensa oficial da dispensa de licitação relativa ao contrato de gestão em referência, conforme determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93 (parágrafos 83/84 da Informação nº 41/09); d) ausência das planilhas de custos detalhadas por preços unitários, que serviram de base para a formação do valor total de R\$ 222.000.000,00 (duzentos e vinte e dois milhões de reais) do Contrato de Gestão nº 01/2009-SES/DF, de acordo com o que dispõe o art. 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 9º, inciso II, do Decreto nº 29.870/08 (parágrafos 85/86 da Informação nº 41/09); e) aumento de 39,84% no valor total dos insumos, em comparação ao valor total estimado para insumos no Edital de Concorrência SES/DF-01/2008 (parágrafos 88/97 da Informação nº 41/2009); f) possível inobservância do consignado no Parecer nº 083/2009-PROCAD/PGDF, no tocante à adequação do contrato de gestão em exame (cláusula décima segunda, item 12.1.4) ao disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 4.081/08 (parágrafos 110/111 da Informação nº 41/09); **V - autorizar a notificação da contratada Real Sociedade Espanhola de Beneficência**, na pessoa do seu representante legal, para, querendo, **manifestar-se acerca dos fatos e fundamentos levantados pela inspeção desta Corte**, em especial sobre o contido nos itens V, VII e IX da Informação nº 41/09; VI – solicitar à Controladoria-Geral da União o envio à Corte de cópia do relatório referente ao procedimento de fiscalização levado a efeito nos contratos firmados pela Secretaria Municipal de Saúde de Salvador com a entidade Real Sociedade Espanhola de Beneficência - RSEB (parágrafos 77/78 da Informação nº 41/09); VII - determinar a remessa ao titular da Secretaria de Saúde e ao Secretário-Adjunto de Saúde, bem como à Real Sociedade Espanhola de Beneficência, como subsídio ao atendimento das deliberações previstas nos itens IV e V, e à autora do requerimento



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

de fl. 323, de cópia do inteiro teor dos autos.”

### **DECISÃO Nº 4285/09-CAM (fl. 873)**

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Representação nº 04/2009 – Conjunta (fls. 640/648) e documentos que a acompanham; b) do Ofício nº 044/2009-CF (fl. 861); **II - indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo Ministério Público** na representação e no ofício citados no item I supra, informando aos respectivos signatários que a questão está sendo examinada pelo Poder Judiciário, o que impede qualquer manifestação do TCDF sobre a mesma matéria, ante a prevalência das decisões judiciais; **III – determinar à 2ª ICE que, na futura informação que vier a ser redigida nos autos, analise também os fatos trazidos pelo Ministério Público em sua Representação de fls. 640/648.**”

### **DECISÃO RESERVADA Nº 94/10-CMA (fls. 1150/1151)**

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) das Razões de Justificativa apresentadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão Administrativa, pela Secretaria de Estado de Saúde, bem como da manifestação da Real Sociedade Espanhola de Beneficência - RSEB, que compõem os anexos VII e VIII, em atendimento aos itens III, IV e V da Decisão nº 2535/2009; b) da Inspeção realizada, em atendimento ao item III da Decisão nº 4285/2009; c) do Ofício nº 22291/2009 - SE/CGU - PR, fls. 876, encaminhado pela Controladoria Geral da União, cuja documentação constitui o Anexo X; d) do Ofício nº 2809/2009 - GAB/SES e demais documentos juntados aos autos; II - considerar: a) procedentes as justificativas apresentadas pela jurisdicionada, com relação às alíneas "a", "c" e "f" do item IV da Decisão nº 2535/2009 (§§ 34/43, 66/68 e 124/124, respectivamente); b) insuficientes os esclarecimentos prestados pela SEPLAG, relativos ao item III, e pela SES/DF, atinentes às alíneas "b", "d" e "e" do item IV, todos da Decisão nº 2535/2009; III - alertar a Secretaria de Saúde do DF quanto à necessidade, na celebração e execução de contratos de gestão, da observância dos seguintes aspectos: a) elaborar orçamento estimado em planilhas para subsidiar a formação do valor global do Contrato de Gestão, conforme estabelece o Decreto nº 29.870/08, art. 9º, II; art. 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93; b) proceder aos devidos repasses de recursos para a Organização Social somente diante da existência de documentação probatória, que possibilite a inequívoca comprovação da correta aplicação dos recursos públicos; c) manter controle permanente e sistemático dos bens patrimoniais adquiridos com recursos advindos do Contrato; d) nomear Executor específico para acompanhar o Contrato de Gestão; IV - determinar à Secretaria de Saúde que, com fundamento no art. 45, “caput”, da





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

LC 1/1994, c/c o art. 171, “caput”, e §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCDF, adote providências com vistas ao exato cumprimento da Lei, art. 49, “caput”, e §§ 2º e 4º, da Lei nº 8.666/1993, em virtude da violação: a) ao art. 2º, alíneas “f” e “i”, da Lei nº 4.081/08 e ao art. 2º, § 1º do Decreto nº 29.870/08 (vício na qualificação da RSEB); b) ao inciso V e § 1º do art. 9º do Decreto nº 29.870/2008 (não comprovação da satisfatória situação econômico-financeira da RSEB); V - determinar à SES, ainda, que apresente razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, quanto: a) **à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão;** b) à regularidade do repasse da Cota Patronal do INSS à RSEB, tendo em vista que a referida entidade é, em princípio, isenta do recolhimento da referida parcela, conforme disposto no art. 55 da Lei nº 8.212/1991 e no art. 206 do Decreto nº 3.048/1999; VI - **notificar a RSEB para que, se assim o desejar, apresente, no prazo de 30 (trinta dias), justificativas para os seguintes fatos**, sob pena de serem considerados irregulares: a) irregularidades apontadas no Pregão Eletrônico nº 32/2009-HRSM (§§ 168/214 da instrução); b) regularidade do repasse da Cota Patronal do INSS, tendo em vista que a Entidade é, em princípio, isenta do recolhimento da referida parcela; c) subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva; ao desamparo do Contrato de Gestão; VII - determinar à SES que: a) adote as providências necessárias para a regularização da situação funcional da Servidora Christiane Braga Martins de Brito, caso ainda não tenha feito, inclusive providenciando a devolução dos valores, referentes ao período de 01/04/2009 a 04/05/2009, em que houve, indevidamente, acumulação de cargo e emprego, disso dando ciência a esta Corte de Contas; b) no prazo de 30 (trinta) dias, proceda ao cotejamento da relação dos funcionários efetivamente contratados pelo HRSM com a relação dos servidores que mantêm vínculo empregatício com o GDF, inclusive em gozo de licença sem vencimentos, a fim de detectar possíveis casos de acumulação indevida de cargos; VIII - **autorizar o envio de cópia das partes pertinentes dos autos:** a) **à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda. para, querendo, manifestar-se, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca dos fatos e fundamentos levantados pela inspeção da Corte** (fls. 1078/1080 do Relatório de Inspeção); b) à SES e à RSEB, para adoção das providências ora determinadas; IX - determinar a 2ª ICE que mantenha, em separado naquela Unidade, o documento confidencial recebido da CGU e, após a adoção dessa providência, remova no Sistema de Protocolo, a chancela de sigilo conferida aos autos. Parcialmente vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pelo acolhimento, “in totum”, do parecer do



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Ministério Público junto à Corte, no que foi seguido pelo Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.*

### **DECISÃO Nº 2.358/13-CMA (fl. 1973)**

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento das justificativas apresentadas pela Secretaria de Estado de Saúde e pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência em atendimento à Decisão nº 94/2010; **II) considerar:** a) satisfatórias as medidas adotadas pela jurisdicionada em atendimento ao item IV da Decisão nº 94/2010; **b) suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea “a” da Decisão nº 94/2010;** c) insuficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item VII, alíneas “a” e “b” da Decisão nº 94/2010; **III) em razão do disposto na alínea “c” do item anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde** que esclareça os pontos enunciados no § 35 da informação nº 67/2011, relacionados: a) ao descumprimento da Cláusula 6ª do Contrato de Gestão nº 001/2009; b) à falta de exame sobre a compatibilidade das cargas horárias dos servidores que acumularam os cargos de médico/profissionais de saúde da SES com os empregos do Hospital Regional de Santa Maria; IV) determinar à Secretaria de Contas que verifique a regularidade do repasse da cota patronal do INSS, objeto do item V, alínea “b”, da Decisão nº 94/2010, no bojo do Proc. nº 16.192/2010, que trata da Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 01/2009; V) autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento, in totum, do parecer do Ministério Público junto à Corte.”

### **DECISÃO Nº 3007/13-CMA (fl. 2013)**

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar **conhecimento do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público especial**, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da LC n.º 01/94, conferindo efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão n.º 2358/13; II – com fundamento no art. 188, §6º, do Regimento Interno do TCDF, **determinar a oitiva da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para que, no prazo de 30 (trinta) dias, ofereça as contrarrazões** que entender pertinentes em face do recurso em tela; III – retornar o feito à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.

5. Em atenção ao decidido a jurisdicionada apresentou as contrarrazões de fls. 2.016/2.038.

6. O então Relator Recursal, Conselheiro RENATO RAINHA,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

decidiu, antes de examinar o mérito do apelo, facultar à Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência e à empresa Intensicare Gestão de Saúde Ltda. a oportunidade de também se manifestarem (Despacho Singular nº 287/2014-CRR, fls. 2.063/2.064).

7. Devidamente científicas, a Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência ofereceu as contrarrazões de fls. 2.076/2.081, enquanto a empresa Intensicare Gestão de Saúde Ltda. ficou-se silente.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

8. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 13/2015 (fls. 2100/2123), de 30.1.2015, analisa o mérito do recurso e das contrarrazões nos termos seguintes:

*“6. Vejamos os termos ofertados pelo MPJTCD (fls. 1979/1984).*

*7. Depois de situar as decisões plenárias que antecederam ao conhecimento do Pedido de Reexame ora tratado, consignou:*

*“O Tribunal, por meio do item II.b da Decisão 2358/2013, manteve esse entendimento, considerando suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea ‘a’ da Decisão nº 94/2010.*

*Nesse ponto, importante lembrar os termos da Representação Conjunta 04/09-CF, juntada a fls. 640 e seguintes, e destacado no Parecer 309/2012-CF:*

*‘15. Consta que a OS contratada (RSEB) lançou o PE 32/09, para a contratação por 12 meses de empresa para prestação dos serviços de suporte de gestão e apoio médico às atividades de assistência de UTI nos 70 leitos de UTI do HRSM, sagrando-se vencedora a empresa Intensicare Gestão em Saúde, com quem a SES celebrou o Contrato 21/09, no valor global de R\$ 33.322.500,00 com prazo de vigência de 01 ano. Ou seja, vê-se terceirização da terceirização, apesar de a RSEB haver afirmado dispor de suficiente nível técnico de acordo com o item 3.1.1. da Cláusula 3ª do contrato de gestão. E, conquanto o ajuste tenha se efetivado em maio de 2009, o serviço de terapia intensiva só iniciou em setembro de 2009.*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

16. Ademais, é preciso atentar para a irregular subcontratação da Intensicare. Segundo o Corpo Técnico do TCDF, a licitude da subcontratação depende da permissão expressa do contratante, a teor do artigo 72 da Lei de Licitações. No entanto, tal não ocorreu, pois segundo a jurisdicionada, na ausência de cláusula do contrato, prevendo a anuência expressa da SES para a subcontratação, aquela Secretaria poderia ficar à revelia desse fato. Isso subverte o princípio da legalidade, que se impõe aos atos administrativos. Assim, a SES não poderia ter ficado alheia ao PE 32/09, que responde por 24,3% do valor global do contrato.

17. Com efeito, a conclusão é que o item 1.1.2 do contrato em questão não amparou a subcontratação do PE 32/09, ou seja, permitira apenas a subcontratação das especialidades médicas nos moldes ali informados, desde que cumpridos os princípios da impessoalidade, dentre outros. No entanto, verifica-se que houve não apenas a subcontratação de profissionais especializados, mas a gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção dos equipamentos, atividades não contempladas na referida cláusula contratual.

18. Assim sendo, a conclusão taxativa é pela irregularidade da subcontratação levada a cabo pela RSEB.

19. De mais a mais, o Corpo Técnico também corroborou os indícios de que a empresa vencedora alterou os seus estatutos às pressas, já que a segunda alteração ocorreu em 09/03/09, incluindo justamente a prestação de serviços de atendimento hospitalar, inclusive UTI, antes inexistente no Estatuto primitivo da empresa, datado de 10/07/08. A publicação do edital do Pregão ocorreu em 17/04/09. Em decorrência disso, são manifestamente irregulares os Atestados de Qualificação Técnica apresentados pela empresa. Os citados atestados declaram que a empresa prestava tais serviços desde agosto de 2008, bem antes da alteração estatutária ocorrida. Ademais, são atestados, como já salientado pelo MPC/DF, que contêm as mesmas assinaturas (itens 167/315, Informação 200/09).

Destaca-se ainda que o MPCDF, no citado parecer, apresentou entendimento contrário ao esposado pela Unidade Técnica, ressaltando a necessidade de o Tribunal analisar a questão, a despeito de decisão judicial, veja-se:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

46. Ao contrário do que foi defendido pelo Corpo Técnico, na última instrução acostada aos autos, a Decisão 94/10 foi clara no sentido de determinar as citações para apuração de responsabilidade em face da subcontratação ocorrida. Do mesmo modo, a Decisão pretérita 4285/09 precisa ser lida em sua inteireza, pois no item III determinou que a ICE analisasse, na futura informação, os fatos trazidos pelo MPC/DF na representação que aludia à questão da Intensicare. Ora, se quisesse a Corte sobrestar a análise dessa questão, em face de decisão judicial, o teria feito, mas não o fez. Em duas oportunidades seguidas conclamou que a fiscalização seguisse. Apenas no que toca ao provimento cautelar indeferiu-o, em razão da judicialização.

47. No entanto, o MPC/DF sugere que a Representação Conjunta 04/09 (fls. 640/648) seja autuada em apartado, para a correta fiscalização.

48. Como se vê, a ação judicial citada nos autos não se refere ao controle e os pagamentos a esse respeito realizados. Veja-se, ainda, o que salientou o Relatório de Auditoria do Denasus:

‘Preliminarmente, cabe ressaltar que a cláusula segunda do contrato 021/09, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare, prevê que o pagamento dos serviços prestados seja feito por leito mantido e disponibilizado, sendo contratado para isso o valor unitário diário de R\$ 1.322,32 (...) e estimado o valor global de R\$ 33.322.500,00 (...), referente aos serviços efetivamente realizados.

Porém, as faturas da empresa Intensicare, apresentadas nas prestações de contas, não especificam o período de utilização dos leitos, o quantitativo disponibilizado, a relação dos pacientes, laudos médicos e a identificação dos serviços executados.

Do mesmo modo, em todo processo não visualizamos a manifestação da Gerência Médica da UTI a respeito do total dos leitos utilizados e da prestação satisfatória dos serviços, bem como o atesto de toda execução prestada.

Na apresentação da justificativa, está apenas a relação dos médicos com os respectivos cargos e remuneração; o contrato e os correspondentes termos aditivos e, ainda, o balancete do HRSM, documentos que não são suficientes para comprovar a efetiva



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

### *execução dos serviços'*

49. Além do mais, o MP, no DF, foi informado que oneravam tais ajustes injustificáveis e perniciosos gastos com laudos médicos, de valores elevadíssimos. Por causa disso, o MPDFT requereu informações (Ofícios 22/12 e 67/12, **em anexo**). Consta, ainda, que, dentre as pendências constantes do processo de intervenção, está o contrato da Intensicare.

50. Apesar da resposta parcial (Memorandos 31/12 e 84/12 e Ofício 80/12 da Corregedoria da Saúde, **em anexo**), percebe-se que há severo indício de superfaturamento. Vejamos.

51. Rememore-se que a Intensicare celebrou o Contrato 21/09, quando ainda estava em vigor o Contrato de Gestão 01/09, sendo aquele em razão do **Pregão Eletrônico 32/09, em mais de R\$ 33 milhões**, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte de gestão e apoio médico às atividades de assistência da UTI especializados em Medicina Intensiva nos **70 leitos do HRSM**. A execução do contrato se deu somente a partir de 01 de setembro de 2009, quando da implantação parcial do serviço de UTI no HRSM.

52. A SES/DF informa que não houve PAD instaurado na Corregedoria a esse respeito, mas dois Processos Administrativos, um de nº 01/09 e outro de nº 08/10, ambos envolvendo a Intensicare. **Foram enviados relatórios finais dos referidos processos (em anexo), mas não foram encaminhadas as decisões, ainda não obtidas.**

53. **No Relatório Final do Processo Administrativo 01/09 aponta-se a ocorrência de prejuízos no valor de mais de R\$ 412 mil reais, tendo sido auditados apenas os meses de setembro a dezembro de 2009**, verificando-se pendências e sugerindo-se glosas. As irregularidades denotam total falta de controle, pois havia até mesmo divergências na folha de pagamento e de equipamentos. Ademais, não houve execução dos serviços de manutenção dos equipamentos médicos e predial, sugerindo-se a exclusão do custo da Intensicare e redução do valor a pagar.

54. **O Relatório Final do PA 08/10 demonstra que os valores apresentados pela empresa nas notas fiscais não guardavam fidelidade às especificações contratuais. Os achados referem-se aos meses de abril a setembro de 2010, não se especificando o que houve nos meses de janeiro, fevereiro e março**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

**de 2010 (após a auditoria tratada no PA anteriormente citado). Verifica-se que a SES supostamente pagou leitos disponibilizados mas não ocupados!** Ou seja, não houve redução dos custos, porque os profissionais contratados continuavam à disposição e os leitos eram mantidos pela empresa, que não aceitou as glosas, mas concordou em aceitar que os valores fossem retidos representando um montante de mais de R\$ 327 mil reais. Ademais, considerou-se que a glosa devida seria de mais de R\$ 559 mil reais.

55. O Contrato 21/09 celebrado com a Intensicare perdurou até o término do contrato de gestão com a Real Sociedade Espanhola. No referido período, a própria RSEB pagava à citada empresa, daí porque não consta qualquer empenho a seu favor.

56. Tudo isso reforça a suspeita de existência de cobrança por laudos injustificada, equipamentos e manutenções, dentre outros, os quais devem ser analisados porque tudo indica que configuraram prejuízo. Essa matéria não foi tratada na ação judicial em trâmite no Poder Judiciário, por impossível, pois se refere à execução do contrato 21/09, celebrado com a Intensicare.'

Em consulta ao site do TJDF, no tocante às ações 2009.01.1.098715-4 e 2010.01.1.146185-8, verifica-se que nenhuma das duas ações irá tratar, p. ex., da questão do superfaturamento, conforme se pode ver nas decisões em anexo.

Corroboram ainda mais referido entendimento – existência de prejuízos na contratação da Intensicare – o fato de que em 2011 foram celebrados os Contratos Emergenciais 14-A/11 e 164/11, respectivamente, nos valores de R\$890,15<sup>1</sup> e R\$ 1.257,57<sup>2</sup> o leito. Ou seja, são valores inferiores ao que a mesma contratada – Intensicare – pactuou em 2009, R\$ 1.322,32<sup>3</sup>.

Assim, o TCDF deverá se pronunciar sobre o assunto, não cabendo o entendimento de que a matéria será definida na ação judicial em curso. Ademais, não pode o Tribunal deixar de exercer seu dever constitucional de fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros,

<sup>1</sup> Cláusula Quinta do Contrato.

<sup>2</sup> R\$ 27.389.984,16 (valor do contrato) dividido por 180 dias (prazo do contrato) novamente dividido por 121 (número de leitos) chega-se ao valor de R\$ 1.257,57 leito/dia.

<sup>3</sup> Cláusula Segunda Do Contrato 21/09-HRSM.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

conforme prevê o art. 1º, VII, da LC 01/94.

Importa destacar, que o MPDFT, por meio do Ofício 613/2013-PGJ/MPDFT, de 10/05/2013 (em anexo), questionou o TCDF, em especial, a respeito do contrato em questão. Vejamos:

01). Consta que a então contratada Real Sociedade Espanhola celebrou com a Intensicare o Contrato 21/2009, para prestação de serviços em 70 leitos de UTI do HRSM, no valor de R\$ 33.322.500,00. Nessas condições, pergunta-se: há processo no TCDF analisando a regularidade do ajuste e dos pagamentos ocorridos (legalidade e economicidade)? Em caso positivo, informar o número do processo e se há decisões e pareceres do MPC/DF. Em caso negativo, informar quais as providências adotadas, para que o TCDF fiscalize a vultosa soma de dinheiro público acobertada pelo referido contrato, considerando que já se passaram 04 anos;

Em resposta, o Secretário de Acompanhamento encaminhou o Memorando 075/13-SEACOMP, em 22/05/2013, registrando que:

1). No que diz respeito ao Contrato nº 021/2009 – celebrado entre a Real Sociedade Espanhola e a Empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., para prestação de serviços de UTI no Hospital Regional de Santa Maria -, esse **está sendo tratado no Processo nº 4027/2009**, estando em fase de análise por parte do Relator dos autos, Conselheiro Manoel de Andrade. Nos autos em questão, constam os Pareceres nºs 783/2010-GPCF e 309/2012-GPCF e foram exaradas as Decisões nºs 665, 762, 2.469, 2.535 e 4.285, todas de 2009 e, ainda, a Decisão Reservada nº 94/2010;

Como se vê, a Unidade Técnica informa que o Contrato 021/2009 estaria sendo analisado no processo 4027/2009, onde havia sugestão do próprio Corpo Técnico no sentido de não examinar a legalidade, tampouco a economicidade do referido contrato em razão da judicialização da matéria. É importante destacar ao o MPDFT questionou acerca da existência de processo no TCDF analisando a regularidade do ajuste e **dos pagamentos ocorridos (legalidade e economicidade)**. A informação de que os autos de nº 4027/2009 estaria tratando da questão não é procedente, portanto. Não há, até o momento, nenhuma informação, documento ou exame sequer acerca da regularidade, e, muito menos, da economicidade dos pagamentos à Intensicare.

Ressalta-se que o processo 29744/2011, que trata dos





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Contratos 14-A/2011 e 164/2011, bem como da execução de serviços sem cobertura contratual, também segue sem análise da regularidade e economicidade dos pagamentos à referida empresa Intensicare, conforme Parecer 580/2013-CF, recentemente acostado àqueles autos.*

*Dessa forma, entende-se que **encontra-se presente a materialidade da fiscalização da legalidade do Contrato 21/2009 e da regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare, que deve ser desenvolvida pelo TCDF, em autos próprios, e que em nada se confunde com a matéria judicializada.***

*Ressalte-se, por fim, que, enquanto não se fiscaliza a questão em relevo, o TCDF acabou por perseguir a questão da cota patronal, objeto do Ofício 159/2012-CF, encaminhado ao Relator em 12/09/2012, e ainda não juntado ao processo 4027/2009, com o seguinte teor:*

*O MPC/DF recebeu a inicial em anexo, na qual é discutido se, de fato, a contratada, OS (RSEB), fez o correto trespasse da cota patronal ao INSS, como, aliás, foi o entendimento do MPC/DF preconizado no Parecer 309/12-CF (Processo 4027/09).*

*Nessas condições, considerando que o melhor caminho é mesmo aguardar-se a oferta da referida prestação de contas, o Parquet solicita que a Corte sobreste a análise apenas desse ponto, até deslinde da questão judicial.*

## III – DO PEDIDO

*Pelo que se expõe, o MPCDF requer o processamento do presente recurso, com o efeito legal do artigo 189 do RITCDF, e alteração do item II.b da Decisão 2358/2013, no sentido de se determinar à autuação de autos próprios para fiscalização da legalidade do Contrato 21/2009 e da regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare, para onde deve ser trasladada a Representação 04/2009-CF”.*

## II. MANIFESTAÇÃO DA SES

### a. Termos.

8. Vejamos os termos ofertados pela SES (fls. 2016/2040):

*“1. Em preliminar, cumpre esclarecer que, após a emissão do Relatório Técnico nº 042/2013, realizado pela Diretoria de Fiscalização, Licitações, Contratos e Convênios da Corregedoria da Saúde – DFLCC/CONT/COR/SES, foi verificado que a licitude da subcontratação depende de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*permissão expressa do contratante, conforme regulamentado no art. 72 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

*2. Dessa forma, ressalta-se que não existia, à época, relação jurídica entre esta Secretaria de Saúde, a qual era contratante, e a empresa INTENSICARE, então figurando como subcontratada. Em verdade, existiam duas relações jurídico-contratuais: uma entre o contratante (SES/DF) e a contratada primária (RSEB) e outra entre esta e a subcontratada (INTENSICARE).*

*3. Logo, esta Pasta não transferiu ao subcontratado (INTENSICARE) parte da responsabilidade pela execução do objeto contratual, o qual continuou sendo, em sua totalidade, responsabilidade da contratada (RSEB).*

*4. Ademais, observa-se que, caso houvesse o total afastamento do contratante em relação à escolha do subcontratado, sob a alegação de que não existia entre eles relação jurídico-contratual, tal fato poderia trazer sérios prejuízos à boa execução do contrato principal.*

*5. Noutro giro, foi verificado que à época da vigência do Contrato de Gestão nº 001/2009, não houve repasse de recursos financeiros de forma específica, ou seja, por Programa de Trabalho – Serviço Assistencial Complementar em Saúde/UTI, mas, tão-somente, a transferência do valor total contratado para a conta-corrente da OSRSEB, ficando essa responsável pela administração dos recursos repassados, de maneira que pudesse gerir os serviços de saúde a serem prestados no Hospital Regional de Santa Maria.*

*6. Não obstante, em que pese a equipe de auditoria da DFLCC/COR/SES não ter identificado documentação contendo anuência quanto à subcontratação da prestação de serviços de suporte e apoio médico às atividades de assistência da UTI, foram realizadas auditorias com o objetivo de avaliar a execução do Contrato de Gestão nº 01/09 e seus respectivos termos aditivos, no tocante às atividades de gestão do Hospital Regional de Santa Maria pela OSRSEB, incluindo o Contrato nº 021/2009 - celebrado entre a Organização Social REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e a empresa INTENSICARE GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE LTDA., das quais foram produzidos os relatórios seguintes, em síntese:*

*(1) Relatório de Auditoria nº 9572/MS/SGEP/DENASUS — Teve sua abrangência no período de janeiro de 2009 a julho de 2010, tendo concluído, em um dos pontos, que dos documentos das prestações de contas apresentados*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*pela OSRSEB foram verificados desembolsos em que na documentação dos gastos realizados não foram efetivamente identificados, a regular aplicação dos recursos do Contrato de Gestão n° 01/09, cabendo a SES/DF adotar medidas pertinentes no sentido de determinar a OSRSEB o ressarcimento do montante apurado devidamente corrigido aos cofres do Tesouro do DF.*

*O citado relatório na constatação n° 116127 apontou o valor de R\$ 4.291.473,51 (quatro milhões, duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos), relativo ao pagamento à empresa Intensicare, pelos serviços prestados, no período de março a maio/2010, período este correspondente à vigência do Contrato n° 021/09.*

*(2) Relatório de Auditoria n° 39/SES-DF – Teve sua abrangência no período de 20/12/2010 a 12/01/2011.*

*O citado relatório, na constatação n° 131263, apontou o valor de R\$ 5.516.963,23 (cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos), relativo ao pagamento à empresa Intensicare, acerca dos serviços prestados no período de setembro a novembro/2010.*

*7. No que tange à Constatação n° 116127 do Relatório de Auditoria n° 9572/MS/SGEP/DENASUS, em que pese esta Secretaria não ter participado do procedimento inerente ao Pregão Eletrônico n° 32/2009 – HRSM, foram identificados pagamentos efetuados pela REAL SOCIEDADE à empresa INTENSICARE, conforme quadro demonstrativo abaixo:*

DATA	NF	VALOR (R\$)	OBSERVAÇÃO
31/05/2010	Nota Fiscal 007	1.669.599,21	Prestação de serviço de UTI no mês de Março/10
15/07/2010	Nota Fiscal 008	984.487,37	Prestação de serviço de UTI no mês de Abril/10
18/08/2010	Nota Fiscal 010	1.637.386,93	Prestação de serviço de UTI no mês de Maio/10
	VALOR TOTAL	4.291.473,51	

*8. Com relação à Constatação n° 116127 do Relatório de Auditoria n° 9572/MS/SGEP/DENASUS, foram identificados os pagamentos efetuados pela REAL SOCIEDADE à*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA.,  
referente ao período de setembro a novembro de 2010,  
conforme quadro demonstrativo abaixo:

DATA	NF	VALOR (R\$)	OBSERVAÇÃO
21/12/2010	Nota Fiscal 014	1.660.457,29	Prestação de serviço de UTI no mês de setembro/10
23/12/2010	Nota Fiscal 015	2.656.505,94	Prestação de serviço de UTI no mês de outubro/10
03/01/2010	Nota Fiscal 017	1.389.693,11	Prestação de serviço de UTI no mês de novembro/10
	VALOR TOTAL	5.516.963,23	

9. Ressalte-se ainda que, da leitura do **Contrato nº 021/20009**, firmado entre a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA** e a **EMPRESA INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA.**, não há como identificar se o custo do ajuste incluía o número de profissionais e outros elementos, conforme preconiza a RDC/ANVISA nº 07/2010, somente se evidenciando o valor unitário de R\$ 1.322,32 (hum mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos), referente à diária por leito de UTI.

10. Assim, diante da ausência de documentos relativos ao referido Contrato de Gestão, e.g., Projeto Básico, Edital e Proposta contendo planilhas de composição de custos apresentada pela empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA., restou prejudicada a análise de conformidade com a legislação vigente referente à homologação e adjudicação do Pregão Eletrônico nº 32/2009, quanto aos procedimentos adotados pela REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA.

11. Consigne-se que, conforme os documentos constitutivos do Processo nº 060.002.536/2010, o Senhor Secretário-Adjunto de Saúde, à época, determinou glosa referente ao pagamento do mês de junho de 2010, no valor de R\$ 2.669.599,21 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos), em desfavor da RSEB, referente ao repasse à INTENSICARE, tudo em cumprimento à Decisão Interlocutória proferida em sede da Ação Civil Pública nº 2009.01.1.099.715-4.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

12. *Todavia, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 10 de agosto de 2010, reconsiderou a decisão supracitada, permitindo a manutenção do contrato firmado entre a REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e a empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA., determinando o restabelecimento dos repasses regulares.*

13. *Diante disso, foi emitida a Ordem Bancária nº 20100B36876, no valor supracitado, em favor da REAL SOCIEDADE, a fim de dar cumprimento à referida decisão.*

14. *Posto isso, após a análise do histórico da celebração do Contrato de Gestão nº 01/2009, observa-se que a demora das autoridades gestoras da SES/DF, a época, para implementar e/ou implantar condições – rotinas administrativas – de acompanhamento e controle adequados resultou nas inconformidades ora explanadas.*

15. *Por último, informamos que, a fim de atender às inconformidades apontadas nos Relatórios de Auditorias nº 9572 - MS/SGEP/DENASUS e nº 39 - SES/DF, foram instaurados Processos Administrativos Disciplinares, conforme consta do Relatório Técnico nº 042/2013 – DFLCC/COR/SES, anexo 1.*

16. *Ainda nesse sentido, os relatórios supracitados e demais documentos correlatos foram juntados ao Processo nº 060.015.467/2011 e encaminhado ao TCDF, no sentido de, caso assim entendesse, instaurar Tomada de Contas Especial em face dos agentes responsáveis, a fim de apurar possível prejuízo ao erário”.*

### **b. Análise de Mérito**

9. *Preliminarmente, vejamos aspecto de cunho processual-formal.*

10. *Resgatemos, pois, a análise das razões de justificativa consignadas na Informação nº 67/2011, fls. 127/148, especificamente quanto ao tema relacionado ao contido no Item V, alínea “a”, da Decisão nº 94/2010:*

*“22. Discorremos a seguir sobre o atendimento pela Secretaria de Saúde das determinações constantes das alíneas do item V da Decisão nº 94/2010, in verbis:*

*a) à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009- HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos,*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*não está contemplada no Contrato de Gestão;*

23. Segundo a jurisdicionada, a regularização da subcontratação da empresa *Intensicare Gestão em Saúde Ltda.* pela *Real Sociedade Espanhola de Beneficência* está na dependência do que vier a ser decidido pelo Poder Judiciário nos autos de nº 2009.01.1.1.098715-4 (Obrigação de Fazer, fls. 1606/1608 e 1618/1623, e Obrigação de Fazer nº 2010.01.1.146185-8, fls. 1767/1768).

24. A justificativa apresentada pela jurisdicionada mostra-se pertinente, pois no referido mandamus foi taxativamente admitida "... a manutenção do contrato firmado pela REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e a empresa INTENSICARE GESTÃO GESTÃO EM SAÚDE, com restabelecimento dos repasses regulares, pelo menos até o enfrentamento do mérito da demanda, sem prejuízo do reexame desta decisão" (fl. 1619, *in fine*).

25. Não obstante, cabe o registro de que houve a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, do dia 10/11/10, do Decreto nº 32.430 dispondo sobre a intervenção total na administração do Hospital Regional de Santa Maria, com a designação de interventor e dando outras providências (fl. 1735), o que afasta o gerenciamento então realizado pela RSEB e atende, por via transversa, a determinação plenária em comento."

11. É importante notar que a insurgência do MPJTCDF não se restringiu às razões de justificativa pelas quais o Pedido de Reexame foi conhecido por esta Corte, em alusão aos termos contidos na Decisão nº 3.007/2013.

12. Nesse sentido, vejamos que a cadeia das decisões plenárias que antecederam a esta fase processual possui a seguinte configuração processual e cronológica:

1 - item V, alínea "a" da Decisão nº 94/2010: apresentação de razões de justificativa, quanto à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa *Intensicare Gestão em Saúde Ltda.*, haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão;

2 - item II, b, da Decisão nº 2358/2013: considerou suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea "a" da Decisão nº 94/2010;

3 - Decisão nº 3.007/2013: tomou conhecimento do Pedido de



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Reexame interposto pelo Ministério Público, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da LC n.º 01/94, conferindo efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão n.º 2358/13.*

13. Tal recurso deveria oferecer matéria exclusivamente relativa ao que se abordou no assunto concernente às razões de justificativa, em contestação ao que trouxe o decisum.

14. Mas vejamos o conteúdo que se aproxima do exercício do contraditório, relacionado à tese consignada nas razões de justificativa:

*“Judicialização do tema concernente ao tratado pelo TJDF - ações 2009.01.1.098715-4 e 2010.01.1.146185-8, porque não irão tratar da questão do superfaturamento, não cabendo o entendimento de que a matéria será definida na ação judicial em curso”.*

15. O Parquet alega que os autos destacados não tratarão do superfaturamento.

16. Se o que ressalta está ligado à matéria concernente ao superfaturamento, devemos considerar o seguinte aspecto sobre a definição.

17. Em busca de respaldo terminológico, vejamos o que considera o TCU a respeito<sup>4</sup>, em cotejo com outra definição relativa ao sobrepreço.

*“O sobrepreço ocorre quando uma cotação de um bem ou serviço é superior ao valor praticado pelo mercado. Já o Superfaturamento se verifica após a regular liquidação da despesa, ou seja, depois da aquisição, faturamento e pagamento de um bem ou serviço. (Tribunal de Contas da União, Acórdão 316/2006, Relator: Ubiratan Aguiar, Órgão Julgador: Plenário, Sessão 15/03/2006)”*

18. Com amparo nessa definição, cremos que o que busca o Parquet está inerente à execução do ajuste que ora estamos tratando.

19. A mesma Informação nº 67/2011, fls. 127/148, consignou, em duas oportunidades, o seguinte registro:

*“41. Não obstante a constatação retro, deixaremos de propor qualquer medida a respeito, tendo em conta as conclusões constantes dos §§ 23/25 desta informação, no sentido de que a análise sobre a legalidade da contratação da empresa INTENSICARE passou para a esfera judicial, fato que não impede o prosseguimento da análise que está sendo feito no*

<sup>4</sup> <http://pergunte.investidura.com.br/2010/10/20/o-que-e-sobrepreco-o-que-e-superfaturamento/>



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Processo nº 39440/09, quanto à execução do citado ajuste”.*

*“49. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que, ao tomar conhecimento desta informação:*

*(...)*

*IV - considere procedentes as justificativas apresentadas pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência em atenção ao item VI, alínea “b”, da Decisão nº 94/2010, conclusão que não afasta o exame detalhado da execução do Contrato de Gestão nº 001/2009, matéria objeto do Processo nº 39440/09;”*

*20. Cabe assentar que os mencionados parágrafos 23/25 estão colacionados na parte introdutória de nossa análise de mérito.*

*21. Então, desses registros, podemos verificar que a questão da execução contratual foi cautelarmente apartada para o Processo nº 39.440/09, tema que permeou a colocação do MPJTCDF, no sentido de arguir a necessidade de se abrirem autos autônomos para esse fim perseguido.*

*22. Em assim sendo, poderíamos discordar dessa necessidade, mesmo porque não é tema que vincula o Pedido de Reexame interposto, diante do que se tem consignado para as razões de justificativa que se analisaram quando da instrução prestada para esse fim.*

*23. O outro assentamento do Parquet mencionou:*

*“(...) existência de prejuízos na contratação da Intensicare – o fato de que em 2011 foram celebrados os Contratos Emergenciais 14-A/11 e 164/11, respectivamente, nos valores de R\$890,155 e R\$ 1.257,576, o leito. Ou seja, são valores inferiores ao que a mesma contratada – Intensicare – pactuou em 2009, R\$ 1.322,327;”*

*24. Outrossim, é matéria que perfila tema relativo à execução contratual, de mesma consideração válida para o que se consignou anteriormente.*

*25. Nessa linha, vejamos documentação de fls. 2041/2052.*

*26. Trata-se do Acórdão nº 2612/2013 – TCU – Plenário. Vejamos as informações mais importantes consignadas, que guardam pertinência com a matéria tratada:*

<sup>5</sup> Cláusula Quinta do Contrato.

<sup>6</sup> R\$ 27.389.984,16 (valor do contrato) dividido por 180 dias (prazo do contrato) novamente dividido por 121 (número de leitos) chega-se ao valor de R\$ 1.257,57 leito/dia.

<sup>7</sup> Cláusula Segunda Do Contrato 21/09-HRSM.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



## ACÓRDÃO Nº 2612/2013 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 026.482/2012-6.

2. Grupo 1—Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante/Interessados/Responsáveis:

3.1. Representante: Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

3.2. Interessados: Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Fundo Nacional de Saúde; e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em face de supostas irregularidades na contratação de serviços de suporte de gestão e apoio às atividades de assistência de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em leitos do Hospital Regional de Santa Maria do Distrito Federal (HRSM/DF).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, conhecer da representação, no que tange à alegação de indícios de sobrepreço na contratação de serviços custeados com recursos federais, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam: 9.2.1 à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do MPDFT;

9.2.2 ao Procurador do MPTCU Marinus Eduardo De Vries



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Marsico;*

*9.2.3 à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde;*

*9.2.4 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;*

*9.2.5 ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (em referência à Representação 4.027/2009);*

*9.2.6 à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda.*

*9.3 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.*

*Ata nº 37/2013 – Plenário.*

*Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.*

*Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2612-37/13-P.*

*(...)*

*27. Notemos, pois, que aquela Corte Federal de Contas esgotou o tema relativo aos indícios de sobrepreço para o assunto em questão.*

*28. Esse fato poderia corroborar a tese que ao final iremos proferir entendimento.*

*29. Quanto às informações prestadas pela SES, consideramos que não aduziram entendimento diverso aos já esposados para esta fase processual.*

*30. De todo o exposto, poderíamos considerar improcedentes os argumentos ofertados para o Pedido de Reexame interposto pelo MPjTCDF nesta oportunidade.*

*31. Em reforço à possível tese da improcedência acima consignada, devemos informar que os prejuízos decorrentes da execução do contrato estão sendo tratados no Processo 39.440/2009.*

*32. Na última instrução propusemos, inclusive, a instauração de TCE, o que tornaria desnecessária o prosseguimento da questão tratada nestes autos.*

*33. A respeito do citado Acórdão do TCU, devemos perceber que outras fiscalizações realizadas pelo DENASus apontaram prejuízos.*

*34. Outro ponto não menos importante que merece ser mencionado, diz respeito ao fato de que a decisão atacada pelo MP trata não apenas da legalidade da subcontratação, ou seja, aborda*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*questões ligadas à execução do ajuste, que não podem ser objeto do recurso.*

*35. Para melhor apaziguamento da matéria, vejamos a atual situação dos processos judiciais mencionados no § 9 desta instrução.*

*36. Nesse sentido, vejamos que o MPjTCDF noticiou, conforme fls. 2084/2099, que o Poder Judiciário proferiu sentença a respeito da ação judicial esboçada neste tópico.*

*37. Preliminarmente, o juízo competente, nos autos do Processo nº 2009.01.1.048713-4, julgou em conjunto as ações dos Processos nº 2009.01.1.1.098715-4 e nº 2010.01.1.146185-8, em razão da conexão que as unia.*

*38. A sentença prolatada declarou a nulidade do Contrato de Gestão nº 01, de 21/01/2009, firmado entre o DF e a Real Sociedade Espanhola de Beneficência.*

*39. Especificamente, para os autos de nº 2009.01.1.1.098715-4, o extrato da conclusão da sentença prolatada pelo Juízo da Oitava Vara de Fazenda Pública/TJDFT não deixa dúvida quanto ao encaminhamento dado ao caso:*

*“(…)*

*Ante o exposto e pelo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a nulidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009, do tipo 'menor preço global' realizado pela Organização Social REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA. Por conseguinte, declaro a nulidade do contrato firmado, em 25/05/2009, entre a referida Organização Social e a licitante vencedora INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA. Declaro resolvido o mérito da demanda com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Por consequência, condeno as rés REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA ao pagamento, pro rata, de metade das custas e demais despesas processuais, pois em relação à metade que caberia ao Distrito Federal incide isenção legal. Sem honorários, vez que incabíveis na espécie. Sentença sujeita à remessa necessária (reflexo patrimonial superior a 60 salários mínimos, conforme inciso I do art. 475 do CPC) e registrada eletronicamente nesta data. Publique-se. Intimem-se por publicação no DJE. Transitada em julgado esta sentença e após recolhimento das custas finais, arquivem-se os autos com baixa no Serviço de Distribuição. Brasília - DF, terça-feira, 13 de agosto de 2013 às 16:36:46.*

ANA LUIZA MORATO



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

### *Juíza de Direito Substituta”*

40. A título ilustrativo, já para os de nº 2010.01.1.146185-8, devemos consignar que esses autos têm a seguinte posição:

“(…)

*Forte nessas razões e pelo que dos autos constam, invocando ainda as razões apresentadas quando do julgamento das Ações Cíveis Públicas de n.ºs 2009.01.1.048713-4 e 2009.01.1.098715-4, pois conexas a esta, JULGO PROCEDENTE o pedido, em parte, e confirmo a medida concedida a título de antecipação dos efeitos da tutela, para DETERMINAR que: a) a Real Sociedade Espanhola, mediante regime de contrato temporário e, em caráter excepcional, se abstenha de interromper a prestação de qualquer serviço médico em Santa Maria sob a escusa de atraso nos pagamentos, inclusive, nesse ponto, quanto à pendências oriundas do primitivo contrato (Contrato de Gestão);*

*b) INTENSICARE, mediante regime de contrato temporário e, em caráter excepcional, a, se abstenha de retirar ou transferir seus equipamentos e pessoal, indispensáveis à manutenção dos serviços de UTI prestados no Hospital de Santa Maria, podendo os eventuais equipamentos e seus empregados serem utilizados pela Real Sociedade Espanhola ou diretamente pelo Distrito Federal, até que este último tenha condições de realizar procedimento seletivo e licitação para a efetiva retomada do hospital em referência. (...)*

*Transitada em julgado esta sentença e após recolhimento das custas finais, arquivem-se os autos com baixa no Serviço de Distribuição.*

*Brasília - DF, terça-feira, 13 de agosto de 2013 às 16:37:42.*

*ANA LUIZA MORATO*

### *Juíza de Direito Substituta”*

41. Aduza-se que o Processo GDF 060.015.467/2011, mencionado pelo MPJTCD, à fl. 2063, foi juntado aos autos de nº 39.440/2009, o que evidencia, mais uma vez, que as questões ligadas à execução não deveriam ser objeto do presente feito.

42. Mas diante da judicialização que está prestes a alcançar seu deslinde, vejamos, pois, que há sinais evidentes do encaminhamento para se decretar a ilegalidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM.

43. Portanto, em que pese entendermos que o Pedido de Reexame



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*do MPJTCDF abarca pleito que sobressai aos termos contidos no item II, alínea “b”, da Decisão nº 2.358/2013, as ações referenciadas postam-se no sentido de considerar a ilegalidade do que é discutido nesta fase processual, objeto do Pedido de Reexame.*

44. *Pela relevância desse encaminhamento e em nome da economia processual, a procedência do pedido deve prevalecer, pois que, de posse dos termos contidos no Item V, alínea “a”, não devemos olvidar que estamos tratando dos seguintes fundamentos:*

*“legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão.”*

45. *Assim, somos pelo provimento do Pedido de Reexame contido nesta fase processual, levantando o efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão nº 2358/13.*

### **III. DA MANIFESTAÇÃO DA REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA (fls. 2076/2082).**

#### **a. Termos.**

46. *A tese da Interessada acima nominada fundamentou-se no pressuposto de que os meandros concernentes ao Contrato nº 21/2009:*

*“... já se encontram amplamente jurisdicionalizados por meio das ações próprias protagonizadas pelo GDF, pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, pela RSEB e pela Intensicare perante o Poder Judiciário’.”*

47. *Nessa esteira, consignou:*

*“A jurisdicionalização dos mencionados questionamentos resta evidenciada no teor dos processos 2009.01.1.098715-4 e 2010.01.1.146185-8, referidos à manifestação, aos quais se somam os questionamentos em âmbito judicial formulados na Ação Civil Pública 2009.01.1.048713-4, processos estes que foram julgados em conjunto com razão da estreita conexão entre as controvérsias de legalidade e constitucionalidade pertinentes ao próprio contrato de gestão e a contratação e execução dos serviços disponibilizados pela empresa Intensicare, sobretudo no que tange a forma de prestação e transição dos serviços no bojo do processo de intervenção da unidade de saúde.*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Os detalhes dos referidos processos judiciais pertinentes para o deslinde do presente procedimento são públicos e, portanto, de conhecimento desse Tribunal de Contas, já tendo sido corretamente invocado o princípio da prevalência das decisões judiciais pela câmara técnica para fins de considerar suficientes as explicações apresentadas, conteúdo decisório que fora acertadamente mantido no item II, "b" da decisão 2358/2013, não se devendo acolher o presente pedido de reexame.*

*Entre outros aspectos, abordam-se em profundidade nas ações as questões relativas à legalidade e regularidade da execução tanto do contrato de gestão entre a RSEB e GDF, quanto, de forma intrínseca, as questões pertinentes ao contrato n° 21/2009, encontrando-se a decisão judicial conjunta, no presente momento, pendente de julgamento dos recursos de apelação da RSEB e da empresa Intensicare e do reexame necessário, interpostos e operados respectivamente nos autos de cada um dos processos 2009.01.1.048713-4, 2009.01.1.098715-4, e 20 10.01 .1.141 85, sentenciados conjuntamente.*

*Outrossim, o MPTCDFT, ao novamente enumerar os seus argumentos no que tange aos itens III, IV, e V da decisão que pretende reexaminar, apenas insiste nas questões litigiosas apresentadas e amplamente debatidas no âmbito da Ação Civil Pública e nas demandas conexas pendentes de recurso, sendo, por outro lado, manifestamente improcedentes as alegações tendentes a imputar à RSEB a prática de prejuízos ao erário em razão da execução do contrato n° 21/2009 mantido pela empresa Intensicare, tendo a RSEB apresentado em sua contestação competente contraposição às ilações de qualquer suposto superfaturamento ou fraude.*

*Diferentemente do quanto afirmado ao pedido de reexame, abordou-se no âmbito dos processos judiciais supramencionados inclusive os ora reiterados questionamentos quanto aos custos pertinentes à manutenção de equipamentos médicos, folha de pagamentos e outros insumos referentes aos leitos de UTI do HRSM, matéria jurisdicionalizada no bojo das ações nas quais são parte o Distrito Federal, a RSEB e a Intensicare, nas quais se apontou, sobretudo, que os leitos de UTI do HRSM, durante a gestão da RSEB, eram os mais modernos, mais baratos, melhor equipados e em maior número do que qualquer outro hospital público do DF, tendo o serviço de UTI tornado-se, inclusive, modelo até para os hospitais particulares.*

*Como já defendido em âmbito judicial, não caberia falar-se em divergências entre a execução e as especificações contratuais do contrato de gestão e do contrato 21/2009, pois*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*as ditas especificações incluíam também a prestação de um serviço de medicina intensiva, conjugando recursos humanos e materiais nos quais estão inseridos todos os impostos, taxas, seguros, encargos sociais, back-up de equipamentos, salários e produtividade médica, o que é matéria controvertida em juízo e pendente de julgamento definitivo, não se tendo demonstrado por outro lado, em absoluto, quaisquer indícios de superfaturamento ou conduta ímproba por parte da RSEB”.*

### **b. Análise de Mérito.**

48. Vejamos que o posicionamento evidenciado pelo interessado apontou para a judicialização da matéria, já comentada, estando o restante de seus argumentos orbitando em torno dessa premissa.

49. A propósito, como dito no tópico anterior, posicionamento hodierno contido na documentação encaminhada pelo Parquet, vista às fls. 2084/2099, noticiou que o Poder Judiciário proferiu sentença a respeito do que apresentou a interessada.

50. Essa documentação resumia-se no aguardo do trânsito em julgado, conforme linha acima informado.

51. Dessa forma, naquela conjuntura, não possuía, de qualquer modo, o condão de desfazer ou não o que alegara o Parquet porque traduzia pendência a ser solucionada pelo juízo de competência próprio, o que acabou resultando na apenação dela própria entre outros não tratados nestes autos, mas não se constitui presente o trânsito em julgado da matéria.

52. Portanto, tais esclarecimentos somente nos permitem concluir que se cumpriu faculdade oportunizada pelo Despacho Singular nº 287/2014 - CRR, não solvendo a matéria, não agregando qualquer posicionamento capaz de desfazer ou referendar o pedido do Parquet porque ainda pende a ação que se processa no âmbito do Poder Judiciário.

### **IV. CONCLUSÃO.**

53. Do Pedido de Reexame oportunizado nesta fase processual, podemos concluir que o mesmo qualifica-se como procedente diante da análise de mérito contida no tópico próprio.

54. Resulta disso que a justificante, Secretaria de Estado de Saúde, não pode ser destinatária das consequências advindas porque diversa de pessoa natural.

55. Mas da leitura das peças judiciais trazidas neste feito, vê-se que os réus estão perfilados dentre aqueles que devem alçar a condição das penalidades advindas quando do trânsito em julgado que se avizinha, dispensando outras medidas desta Corte





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*excepcionalmente.*

*56. Fundamental notar que estamos tratando de matéria que compõe a Prestação de Contas da Real Sociedade Espanhola de Beneficência porque geriu recursos públicos do erário Distrital.*

*57. Por esse motivo, a matéria em questão, deve ser sopesada no exame da prestação de contas anual da entidade, objeto do Processo 16.192/2011”*

9. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

*“I. tomar conhecimento da presente instrução, bem como dos documentos acostados que se prestaram para o fim almejado;*

*II. levantar o sobrestamento determinado pelo Despacho Singular nº 287/2014-CRR;*

*III. dar provimento ao Pedido de Reexame conhecido pelo Item I da Decisão nº 3.007/2013;*

*IV. consequente das medidas anteriores, dar ciência da decisão à Secretaria de Contas em virtude do que consta no Processo 16.192/2010;*

*V. autorizar, nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF nº 183/2007:*

*a) a ciência do recorrente quanto ao teor da decisão a ser proferida; e*

*b) o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.”*

10. O Diretor da 2ª Divisão da Secretaria de Acompanhamento, em cota complementar (fls. 2.124/2.129), de 20.2.2015, ponderou que:

*“2. Mediante a Informação nº 13/2015, o diligente ACE José Tadeu R. Pereira procedeu ao exame de mérito do pedido de reexame interposto pelo MPJTCDF em face do Item II.b da Decisão nº 2358/2013, que considerou suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Estado de Saúde em atendimento ao item V.a da Decisão nº 94/2010. Foram contemplados na análise do apelo as contrarrazões oferecidas pela Secretaria de Estado de Saúde (fls. 2016/2027) e pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência – RSEB (fl. 2076/2081); a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda. não se pronunciou, embora notificada pela Corte (fl. 2074).*

*3. A questão em debate consiste na legalidade da subcontratação da empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda. pela Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência. Referida OS,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*por seu turno, celebrara com o Governo do Distrito Federal o Contrato de Gestão nº 02/2009*

4. Ao final da análise foi proposto o provimento do Pedido de Reexame conhecido pela Corte mediante o Item I da Decisão nº 3.007/2013<sup>1</sup>. Por consequência, impõe-se a reforma do Item II.b da Decisão 2358/2013, que considerou suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao Item V, alínea “a” da Decisão nº 94/2010<sup>2</sup>. A insuficiência das informações prestadas conduz, assim, à ilegalidade dos procedimentos que resultaram no Contrato nº 21/2009, firmado entre a RSEB e a Intensicare Gestão em Saúde Ltda.

5. No apelo em questão, o MP requer a alteração do Item II.b da Decisão nº 2.358/2013, “... no sentido de se determinar a autuação de autos próprios para fiscalização da **legalidade do contrato 21/2009** e da **regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare**, para onde deve ser trasladada a Representação nº 04/2009-CF.” (Fl. 1984-V).

6. No tocante à legalidade do ajuste, consideramos que a matéria já vem sendo tratada nestes autos. Com efeito, o Item V da Decisão nº 94/2010 determinou à SES que apresentasse razões de justificativa quanto à “... **legalidade do procedimento levado a cabo pela RSEB**, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão.” Portanto, o provimento do apelo, ora proposto, conduz, necessariamente, à reforma da Decisão 2358/2013, e em consequência, à ilegalidade do Contrato nº 21/2009. Assim, não há porque sejam inaugurados outros autos para tratar do tema, conforme requer o MP.

7. No que se refere à **regularidade e economicidade** dos pagamentos, destacamos que tais aspecto vem sendo tratados em outros feitos, especialmente no Processo de nº 39.440/2009. Nos referidos autos, o douto Parquet, mediante o Parecer nº 1189/2012-CF suscitou a questão, conforme seguintes excertos:

“Juntou-se, também, o Relatório de Auditoria 9572, fls. 635/653 (e integralmente a fls. 1028/1064), relativo ao

<sup>1</sup> I – tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público especial, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da LC n.º 01/94, conferindo efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão n.º 2358/13;

<sup>2</sup> V - determinar à SES, ainda, que apresente razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, quanto: **a) à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM**, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

período de 02/08 a 20/08 e 08/09 a 01/10. Mas, na metodologia, fala-se que foram analisadas por amostragem as Prestações de Contas e Relatórios Gerenciais apresentados pela OS à SES/DF, relativos aos meses de fev/09, mai/09, ago/09, set/09, out/09, dez/09, abr/10, mai/10, jun/10, jul/10 e ago/10. 79. Segundo a Auditoria, a contratação da RSEB se deu em 09 dias úteis, desde a data de autuação do processo e a assinatura do contrato e o processo estava deveras desorganizado. 80. A seguir, vejamos as constatações mais relevantes do aludido Relatório:

- **Constatação 116127 (fls. 64/66 – processo 060.015467/2011, apenso): sobre a Intensicare, identificando o pagamento da importância de mais de R\$ 4 milhões, sem que constassem detalhamentos, como o nome dos pacientes, procedimentos realizados e os períodos de internação. Justificativa: o contrato previa apenas pagamento por leito mantido e disponibilizado, não havendo, portanto, disposição contratual estabelecendo pagamento por paciente ou por procedimento. Conclusão: não acatada, porque a cláusula segunda do contrato 21/09 previa o pagamento por leito mantido e disponibilizado no valor diário de R\$ 1.322,32, não havendo nas faturas a especificação necessária e ausência de manifestação da gerência médica a respeito.**

(...)

**Com relação às constatações 116055 (Suprimento de Fundos), 116058 (despesas com empresas de turismo sem comprovação, no valor de R\$ 253.240,02), 116398 (valor de R\$ 19.615.290,93); 116060 (despesas com transporte sem especificação), 116073 (despesas com hospedagem, no valor de R\$ 67.415,93), 116125 (locação de cadeiras de plástico, R\$ 3.730,00), 116129 (débitos sem comprovação de despesas, no valor de R\$ 1.266.346,46) e 116127 (Intensicare), totalizando o montante de R\$ 24.241.893,71, foi evidenciado como irregularidade, devendo ser adotadas medidas para restituição aos cofres públicos;**

**12) Com relação às constatações 116055 (Suprimento de Fundos, no valor de R\$ 6.000,00), 116058 (despesas com empresas de turismo sem comprovação, no valor de R\$ 253.240,02), 116398 (valor de R\$ 19.615.290,93); 116060 (despesas com transporte sem especificação, R\$ 501,40), 116073 (despesas com hospedagem, no valor de R\$ 67.415,93), 116125 (locação de cadeiras de plástico, R\$ 3.450,00), 116129 (débitos sem comprovação de despesas, no valor de R\$ 4.521,92) e 116127 (Intensicare, no valor de R\$ 4.291.473,51), totalizando o montante de R\$**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

24.241.893,71, onde foi evidenciado como irregularidade, indaga-se: **a) A contratada ou os responsáveis foram ouvidos a respeito? Se positivo apresentar cópia e a análise da resposta caso ofertada; b) Quais as medidas adotadas para restituição aos cofres públicos?**

8. Sobre a matéria, a Corte de Contas, após tomar conhecimento do Relatório de Inspeção nº 2.2009.13 (elaborado por esta Unidade Técnica), determinou o encaminhamento da referida peça à então Secretaria de Estado de Transparência e Controle<sup>3</sup>, com vistas à Corregedoria da Saúde, para manifestação, **confirmando ou não os valores do possível prejuízo causado aos cofres públicos, em face de irregularidades da execução do Contrato de Gestão nº 001/2009-SES/DF.** (Decisão nº 947/2014).

9. Conclui-se, assim que o provimento do apelo não conduz ao exame da regularidade dos pagamentos referentes ao ajuste firmado entre a RSEB e a empresa Intensicare. Primeiro, porque a matéria é objeto de outros autos; segundo, porque o tema não foi deliberado pela Corte na Decisão ora atacada, que se restringiu à legalidade do Contrato.

10. Aspecto relevante consiste na consequência do provimento do recurso em exame, proposto nesta oportunidade. Conforme visto, a Decisão nº 94/2010 determinou à SES que apresentasse justificativas quanto à legalidade dos procedimentos que levaram à assinatura do Contrato 21/2009-HRSM. A improcedência das justificativas, efeito do apelo interposto pelo MP, não enseja, de pronto, imposição de multa aos responsáveis, visto que a deliberação citada foi dirigida à Jurisdicionada, e não aos agentes públicos envolvidos.

11. Dessa forma, entendemos que a matéria deve ser considerada no exame da prestação de contas anual da RSEB, objeto do Processo 16.192/2010. Nos referidos autos, a Corte poderá, ao final, deliberar sobre a regularidade das contas da entidade, levando em conta diversos aspectos,<sup>4</sup> entre os quais a subcontratação dos serviços de terapia intensiva, não prevista no Contrato de Gestão."

11. Por fim sugere ao Tribunal:

"I) tomar conhecimento das Informações 13/2015 e 19/2015

II) levantar o sobrestamento determinado pelo Despacho Singular nº 287/2014-CRR;

III) dar provimento ao Pedido de Reexame conhecido pelo Item I da

<sup>3</sup> Atual Controladoria Geral do Distrito Federal, conforme Decreto 36.236/2015.

<sup>4</sup> Resolução TCDF 164/2004.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Decisão nº 3.007/2013;*

*IV) considerar ilegal procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a Real Sociedade Espanhola de Beneficência e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não estava contemplada no Contrato de Gestão*

*V) dar ciência da decisão à Secretaria de Contas, para que a deliberação do Item IV supra seja considerada na análise da Prestação de Contas Anual da Real Sociedade Espanhola de Beneficência objeto do Processo 16.192/2010;*

*VI) dar ciência da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde, à Real Sociedade Espanhola de Beneficência e à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda.,*

*VII) autorizar o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

12. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 296/15 (fls. 2.132/2.144), de 13.4.2015, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, opina pelo acolhimento das proposições da Instrução, com acréscimo. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

*“12. Prefacialmente, considero salutar transcrever parte da profícua análise realizada pela Unidade Técnica na Informação nº 13/2015 (fls. 2.100/2.123), in litteris:*

*“(…)*

*11. É importante notar que a insurgência do MPJTCDF não se restringiu às razões de justificativa pelas quais o Pedido de Reexame foi conhecido por esta Corte, em alusão aos termos contidos na Decisão nº 3.007/2013.*

*12. Nesse sentido, vejamos que a cadeia das decisões plenárias que antecederam a esta fase processual possui a seguinte configuração processual e cronológica:*

*1 - item V, alínea ‘a’ da Decisão nº 94/2010: apresentação de razões de justificativa, quanto à*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão;*

*2 - item II, b, da Decisão nº 2358/2013: considerou suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea 'a' da Decisão nº 94/2010;*

*3 - Decisão nº 3.007/2013: tomou conhecimento do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da LC n.º 01/94, conferindo efeito suspensivo aos termos do item II, 'b', da Decisão nº 2358/13.*

*13. Tal recurso deveria oferecer matéria exclusivamente relativa ao que se abordou no assunto concernente às razões de justificativa, em contestação ao que trouxe o decismum.*

*14. Mas vejamos o conteúdo que se aproxima do exercício do contraditório, relacionado à tese consignada nas razões de justificativa:*

*'Judicialização do tema concernente ao tratado pelo TJDF - ações 2009.01.1.098715-4 e 2010.01.1.146185-8, porque não irão tratar da questão do superfaturamento, não cabendo o entendimento de que a matéria será definida na ação judicial em curso'.*

*15. O Parquet alega que os autos destacados não tratarão do superfaturamento.*

*16. Se o que ressalta está ligado à matéria concernente ao superfaturamento, devemos considerar o seguinte aspecto sobre a definição.*

*17. Em busca de respaldo terminológico, vejamos o que considera o TCU a respeito, em cotejo com outra definição relativa ao sobrepreço.*

*'O sobrepreço ocorre quando uma cotação de um bem ou serviço é superior ao valor praticado pelo mercado. Já o Superfaturamento se verifica após a regular liquidação da despesa, ou seja, depois da aquisição, faturamento e pagamento de um bem ou serviço. (Tribunal de Contas da União, Acórdão 316/2006, Relator: Ubiratan Aguiar, Órgão Julgador: Plenário,*



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

Sessão 15/03/2006)

18. Com amparo nessa definição, cremos que o que busca o Parquet está inerente à execução do ajuste que ora estamos tratando.

19. A mesma Informação nº 67/2011, fls. 127/148, consignou, em duas oportunidades, o seguinte registro:

*'41. Não obstante a constatação retro, deixaremos de propor qualquer medida a respeito, tendo em conta as conclusões constantes dos §§ 23/25 desta informação, no sentido de que a análise sobre a legalidade da contratação da empresa INTENSICARE passou para a esfera judicial, fato que não impede o prosseguimento da análise que está sendo feito no Processo nº 39440/09, quanto à execução do citado ajuste.'*

*'49. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que, ao tomar conhecimento desta informação: (...) IV - considere procedentes as justificativas apresentadas pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência em atenção ao item VI, alínea 'b', da Decisão nº 94/2010, conclusão que não afasta o exame detalhado da execução do Contrato de Gestão nº 001/2009, matéria objeto do Processo nº 39440/09;'*

20. Cabe assentar que os mencionados parágrafos 23/25 estão colacionados na parte introdutória de nossa análise de mérito.

21. Então, desses registros, podemos verificar que **a questão da execução contratual foi cautelarmente apartada para o Processo nº 39.440/09, tema que permeou a colocação do MPJTCD, no sentido de arguir a necessidade de se abrirem autos autônomos para esse fim perseguido.**

22. Em assim sendo, poderíamos discordar dessa necessidade, mesmo porque não é tema que vincula o Pedido de Reexame interposto, diante do que se tem consignado para as razões de justificativa que se analisaram quando da instrução prestada para esse fim.

23. O outro assentamento do Parquet mencionou:

*'(...) existência de prejuízos na contratação da Intensicare – o fato de que em 2011 foram celebrados os Contratos Emergenciais 14-A/11 e 164/11, respectivamente, nos valores de R\$890,15 e R\$ 1.257,57, o leito. Ou seja, são valores inferiores ao que a mesma contratada – Intensicare – pactuou em 2009,*



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

R\$ 1.322,32,'

24. Outrossim, é matéria que perfila tema relativo à execução contratual, de mesma consideração válida para o que se consignou anteriormente.

25. Nessa linha, vejamos documentação de fls. 2041/2052.

26. Trata-se do Acórdão nº 2612/2013 – TCU – Plenário. Vejamos as informações mais importantes consignadas, que guardam pertinência com a matéria tratada:

‘1. Processo nº TC 026.482/2012-6.

2. Grupo 1–Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante/Interessados/Responsáveis:

3.1. Representante: Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

3.2. Interessados: Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Fundo Nacional de Saúde; e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em face de supostas irregularidades na contratação de serviços de suporte de gestão e apoio às atividades de assistência de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em leitos do Hospital Regional de Santa Maria do Distrito Federal (HRSM/DF). ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, conhecer da



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*representação, no que tange à alegação de indícios de sobrepreço na contratação de serviços custeados com recursos federais, para, no mérito, considerá-la improcedente;*

*9.2 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam: 9.2.1 à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do MPDFT;*

*9.2.2 ao Procurador do MPTCU Marinus Eduardo De Vries Marsico;*

*9.2.3 à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde;*

*9.2.4 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;*

*9.2.5 ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (em referência à Representação 4.027/2009);*

*9.2.6 à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda.*

*9.3 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.*

*10. Ata nº 37/2013 – Plenário.*

*11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2612- 37/13-P.*

*(...)*

*27. Notemos, pois, que aquela Corte Federal de Contas esgotou o tema relativo aos indícios de sobrepreço para o assunto em questão.*

*28. Esse fato poderia corroborar a tese que ao final iremos proferir entendimento.*

*29. Quanto às informações prestadas pela SES, consideramos que não aduziram entendimento diverso aos já esposados para esta fase processual.*

*30. De todo o exposto, poderíamos considerar improcedentes os argumentos ofertados para o Pedido de Reexame interposto pelo MPJTCDf nesta oportunidade.*

*31. Em reforço à possível tese da improcedência acima consignada, devemos informar que **os prejuízos decorrentes da execução do contrato estão sendo tratados no Processo 39.440/2009.***



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

32. Na última instrução propusemos, inclusive, a instauração de TCE, o que tornaria desnecessária o prosseguimento da questão tratada nestes autos.

33. A respeito do citado Acórdão do TCU, devemos perceber que outras fiscalizações realizadas pelo DENASus apontaram prejuízos.

34. Outro ponto não menos importante que merece ser mencionado, diz respeito ao fato de que a decisão atacada pelo MP trata não apenas da legalidade da subcontratação, ou seja, aborda questões ligadas à execução do ajuste, que não podem ser objeto do recurso.

35. Para melhor apaziguamento da matéria, vejamos a atual situação dos processos judiciais mencionados no § 9 desta instrução.

36. Nesse sentido, vejamos que o MPJTCDF noticiou, conforme fls. 2084/2099, **que o Poder Judiciário proferiu sentença a respeito da ação judicial** esboçada neste tópico.

37. Preliminarmente, o juízo competente, nos autos do Processo nº 2009.01.1.048713-4, julgou em conjunto as ações dos Processos nº 2009.01.1.1.098715-4 e nº 2010.01.1.1.146185-8, em razão da conexão que as unia.

38. **A sentença prolatada declarou a nulidade do Contrato de Gestão nº 01, de 21/01/2009, firmado entre o DF e a Real Sociedade Espanhola de Beneficência.**

39. Especificamente, para os autos de nº 2009.01.1.1.098715-4, o extrato da conclusão da sentença prolatada pelo Juízo da Oitava Vara de Fazenda Pública/TJDFT não deixa dúvida quanto ao encaminhamento dado ao caso:

‘(...)

Ante o exposto e pelo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a nulidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009, do tipo 'menor preço global' realizado pela Organização Social REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA. Por conseguinte, declaro a nulidade do contrato firmado, em 25/05/2009, entre a referida Organização Social e a licitante vencedora INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA.

Declaro resolvido o mérito da demanda com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

## *Processo Civil.*

*Por consequência, condeno as rés REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA ao pagamento, pro rata, de metade das custas e demais despesas processuais, pois em relação à metade que caberia ao Distrito Federal incide isenção legal.*

*Sem honorários, vez que incabíveis na espécie. Sentença sujeita à remessa necessária (reflexo patrimonial superior a 60 salários mínimos, conforme inciso I do art. 475 do CPC) e registrada eletronicamente nesta data.*

*Publique-se. Intimem-se por publicação no DJE. Transitada em julgado esta sentença e após recolhimento das custas finais, arquivem-se os autos com baixa no Serviço de Distribuição.*

*Brasília - DF, terça-feira, 13 de agosto de 2013 às 16:36:46.*

ANA LUIZA MORATO

*Juíza de Direito Substituta'*

40. A título ilustrativo, já para os de nº 2010.01.1.146185-8, devemos consignar que esses autos têm a seguinte posição:

(...)

41. Aduza-se que o Processo GDF 060.015.467/2011, mencionado pelo MPJTCD, à fl. 2063, foi juntado aos autos de nº 39.440/2009, o que evidencia, mais uma vez, que as questões ligadas à execução não deveriam ser objeto do presente feito.

**42. Mas diante da judicialização que está prestes a alcançar seu deslinde, vejamos, pois, que há sinais evidentes do encaminhamento para se decretar a ilegalidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM.**

43. Portanto, em que pese entendermos que o Pedido de Reexame do MPJTCD abarca pleito que sobressai aos termos contidos no item II, alínea 'b', da Decisão nº 2.358/2013, **as ações referenciadas postam-se no sentido de considerar a ilegalidade do que é discutido nesta fase processual, objeto do Pedido de Reexame.**

44. Pela relevância desse encaminhamento e em nome da economia processual, a procedência do pedido deve



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*prevalecer, pois que, de posse dos termos contidos no Item V, alínea 'a', não devemos olvidar que estamos tratando dos seguintes fundamentos:*

*'legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão.'*

45. Assim, **somos pelo provimento do Pedido de Reexame** contido nesta fase processual, levantando o efeito suspensivo aos termos do item II, 'b', da Decisão nº 2358/13." (Fls. 2.111/2.118 – Grifos acrescidos).

13. Ainda, o Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento manifestou-se nos autos, de forma complementar ao documento técnico anterior, por intermédio da Informação nº 19/2015 (fls. 2.124/2.129), cujos trechos mais relevantes são destacados a seguir:

"(...)

5. No apelo em questão, o MP requer a alteração do Item II.b da Decisão nº 2.358/2013, '... no sentido de se determinar a autuação de autos próprios para fiscalização da legalidade do contrato 21/2009 e da regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare, para onde deve ser trasladada a Representação nº 04/2009-CF.' (Fl. 1984-V).

6. No tocante à legalidade do ajuste, **consideramos que a matéria já vem sendo tratada nestes autos**. Com efeito, o Item V da Decisão nº 94/2010 determinou à SES que apresentasse razões de justificativa quanto à '... legalidade do procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão.' Portanto, **o provimento do apelo, ora proposto, conduz, necessariamente, à reforma da Decisão 2358/2013, e em consequência, à ilegalidade do Contrato nº 21/2009**. Assim, não há porque sejam inaugurados outros autos para tratar do tema, conforme requer o MP.

7. No que se refere à regularidade e economicidade dos pagamentos, destacamos que tais aspectos vem sendo



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*tratados em outros feitos, especialmente no Processo de nº 39.440/2009. Nos referidos autos, o douto Parquet, mediante o Parecer nº 1189/2012-CF suscitou a questão, conforme seguintes excertos:*

*Juntou-se, também, o Relatório de Auditoria 9572, fls. 635/653 (e integralmente a fls. 1028/1064), relativo ao período de 02/08 a 20/08 e 08/09 a 01/10. Mas, na metodologia, fala-se que foram analisadas por amostragem as Prestações de Contas e Relatórios Gerenciais apresentados pela OS à SES/DF, relativos aos meses de fev/09, mai/09, ago/09, set/09, out/09, dez/09, abr/10, mai/10, jun/10, jul/10 e ago/10. 79. Segundo a Auditoria, a contratação da RSEB se deu em 09 dias úteis, desde a data de autuação do processo e a assinatura do contrato e o processo estava deveras desorganizado.*

*80. A seguir, vejamos as constatações mais relevantes do aludido Relatório:*

*- Constatação 116127 (fls. 64/66 – processo 060.015467/2011, apenso): sobre a Intensicare, identificando o pagamento da importância de mais de R\$ 4 milhões, sem que constassem detalhamentos, como o nome dos pacientes, procedimentos realizados e os períodos de internação. Justificativa: o contrato previa apenas pagamento por leito mantido e disponibilizado, não havendo, portanto, disposição contratual estabelecendo pagamento por paciente ou por procedimento. Conclusão: não acatada, porque a cláusula segunda do contrato 21/09 previa o pagamento por leito mantido e disponibilizado no valor diário de R\$ 1.322,32, não havendo nas faturas a especificação necessária e ausência de manifestação da gerência médica a respeito.*

*(...)*

*Com relação às constatações 116055 (Suprimento de Fundos), 116058 (despesas com empresas de turismo sem comprovação, no valor de R\$ 253.240,02), 116398 (valor de R\$ 19.615.290,93); 116060 (despesas com transporte sem especificação), 116073 (despesas com hospedagem, no valor de R\$ 67.415,93), 116125 (locação de cadeiras de plástico, R\$ 3.730,00), 116129 (débitos sem comprovação de despesas, no valor de R\$ 1.266.346,46) e 116127 (Intensicare), totalizando o montante de R\$ 24.241.893,71, foi evidenciado como irregularidade, devendo ser adotadas medidas para restituição aos cofres públicos;*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

12) Com relação às constatações 116055 (Suprimento de Fundos, no valor de R\$ 6.000,00), 116058 (despesas com empresas de turismo sem comprovação, no valor de R\$ 253.240,02), 116398 (valor de R\$ 19.615.290,93); 116060 (despesas com transporte sem especificação, R\$ 501,40), 116073 (despesas com hospedagem, no valor de R\$ 67.415,93), 116125 (locação de cadeiras de plástico, R\$ 3.450,00), 116129 (débitos sem comprovação de despesas, no valor de R\$ 4.521,92) e 116127 (Intensicare, no valor de R\$ 4.291.473,51), totalizando o montante de R\$ 24.241.893,71, onde foi evidenciado como irregularidade, indaga-se: a) A contratada ou os responsáveis foram ouvidos a respeito? Se positivo apresentar cópia e a análise da resposta caso ofertada; b) Quais as medidas adotadas para restituição aos cofres públicos?

8. Sobre a matéria, a Corte de Contas, após tomar conhecimento do Relatório de Inspeção nº 2.2009.13 (elaborado por esta Unidade Técnica), determinou o encaminhamento da referida peça à então Secretaria de Estado de Transparência e Controle, com vistas à Corregedoria da Saúde, para manifestação, confirmando ou não os valores do possível prejuízo causado aos cofres públicos, em face de irregularidades da execução do Contrato de Gestão nº 001/2009-SES/DF. (Decisão nº 947/2014).

9. Conclui-se, assim que **o provimento do apelo não conduz ao exame da regularidade dos pagamentos referentes ao ajuste firmado entre a RSEB e a empresa Intensicare. Primeiro, porque a matéria é objeto de outros autos; segundo, porque o tema não foi deliberado pela Corte na Decisão ora atacada, que se restringiu à legalidade do Contrato.**

10. Aspecto relevante consiste na consequência do provimento do recurso em exame, proposto nesta oportunidade. Conforme visto, **a Decisão nº 94/2010 determinou à SES que apresentasse justificativas quanto à legalidade dos procedimentos que levaram à assinatura do Contrato 21/2009-HRSM. A improcedência das justificativas, efeito do apelo interposto pelo MP, não enseja, de pronto, imposição de multa aos responsáveis, visto que a deliberação citada foi dirigida à Jurisdicionada, e não aos agentes públicos envolvidos.**

11. Dessa forma, **entendemos que a matéria deve ser considerada no exame da prestação de contas anual da RSEB, objeto do Processo 16.192/2010.** Nos referidos autos, a Corte poderá, ao final, deliberar sobre a regularidade



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*das contas da entidade, levando em conta diversos aspectos, entre os quais a subcontratação dos serviços de terapia intensiva, não prevista no Contrato de Gestão.*

14. De fato, **a execução do Contrato de Gestão nº 1/2009** é objeto do Processo nº 39.440/2009.

15. Por seu turno, a análise **específica** a respeito da execução do Contrato celebrado pela RSEB e a Intensicare Gestão em Saúde Ltda. (Contrato nº 21/2009), conforme trazido nas razões recursais da d. Segunda Procuradoria (fls. 1.983-v/1984), **não está sendo realizada no Processo nº 39.440/2009**, encontrando-se premente a necessidade de verificação da regularidade e economicidade dos pagamentos realizados à sociedade empresária acima mencionada no bojo do citado Contrato nº 21/2009.

16. Ademais, a matéria foi judicializada, conforme destacado pelo Corpo Instrutivo, que inclusive culminou na r. Sentença que decretou a **nulidade do Contrato de Gestão nº 1/2009**, firmado entre a RSEB e o GDF, **mantida em Segundo Grau de jurisdição pelo v. Acórdão 836.679** prolatado pela c. 5ª Turma Cível do e. TJDF, com trânsito em julgado em 5/2/2015, assim ementado:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO DE GESTÃO. ORGANIZAÇÃO SOCIAL. TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO INTEGRAL DO HOSPITAL DE SANTA MARIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 199, CF. PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR DE ENTIDADES PRIVADAS NO SUS. NULIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

1. No âmbito do Sistema Único de Saúde, os serviços devem ser prestados diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, admitida a participação de instituições privadas de ‘forma complementar’, nos termos do art. 199, §1º, da Constituição Federal. 1.1 Para Alexandre de Moraes, em sua ciclópica obra Constituição do Brasil Interpretada, Atlas, 2006, pág. 2109, ‘A Constituição Federal refutou a estatização da Saúde no Brasil, consagrando-a como direito de todos e dever do Estado, porém, permitiu a autuação da iniciativa privada, inclusive, mediante lei complementar, no Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio’.

2. **É nulo o contrato de gestão firmado pela Administração Pública e Organização Social (entidade privada) que tenha por objeto a transferência integral da administração e execução de atividades de saúde prestadas por um hospital público. 2.1. O regime de parceria é instrumento criado para que as organizações colaboradoras recebam incentivo para atuar ao lado do ente público, e não para substituí-lo.**





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

3. Conforme escólio de Maria Sylvia Zanella Di Pietro 'É importante realçar que a Constituição, no dispositivo citado, permite a participação de instituições privadas 'de forma complementar', o que afasta a possibilidade de que o contrato tenha por objeto o próprio serviço de saúde, como um todo, de tal modo que o particular assuma a gestão de determinado serviço. Não pode, por exemplo, o Poder Público transferir a uma instituição privada toda a administração e execução das atividades de saúde prestadas por um hospital público ou por um centro de saúde;' (in Parcerias na Administração Pública, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011).

4. Caso concreto em que o DF, após construir o Hospital de Santa Maria inteiramente com recursos públicos, transferiu, mediante Contrato de Gestão nº 1/2009, a totalidade da administração e execução das atividades daquela unidade hospitalar à entidade privada, não em caráter complementar como manda a Constituição Federal, mas sim de forma principal, em clara afronta aos artigos 199, §1º, da CF e art. 4º, §2º e 24, da Lei 8.080/90.

5. Tem-se, portanto, que a utilização do Contrato de Gestão nº 01/2009, restou desvirtuada, tendo assumido, na prática, instrumento para a terceirização do serviço público de saúde no DF, o que se mostra inconcebível e inconstitucional.

6. Apelo e remessa oficial improvidos."

(20090110487134APO, 5ª Turma Cível, Rel. Des. João Egmont, DJe de 5/12/2014).

17. O mesmo órgão colegiado do e. **TJDFT**, no julgamento de Remessa Oficial que lhe fora submetida (v. Acórdão nº 776.084), entendeu que **o Contrato nº 21/2009**, celebrado entre a RSEB e a Intensicare Gestão em Saúde Ltda., seria **nulo**, sobretudo por ser decorrente e acessório de um outro ajuste também eivado de **vício insanável – aplicação da teoria da gravitação**.

18. Referido v. Acórdão, **com trânsito em julgado em 14/5/2014**, encontra-se ementado da seguinte forma:

**"DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATO ADMINISTRATIVO NULO. ACESSORIEDADE A NEGÓCIO JURÍDICO DECLARADO NULO. REMESSA NECESSÁRIA IMPROVIDA.**

1. Trata-se de ação civil pública ajuizada com o intuito de declarar nulo o Pregão Eletrônico nº 32/2009, realizado no dia 27/4/2009, firmado entre a Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência e a empresa Intensicare Gestão em Saúde LTDA.

2. Doutrina. Marçal Justen Filho. Curso de Direito



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Administrativo. RT. 9ª edição. p. 1265). 'A ação civil pública é disciplinada pelo art. 129, III, da CF e especificamente pela Lei Federal 7.347. Apresenta alguns pontos de semelhança com a ação popular, mas dela se diferencia por não se tratar de um instrumento cuja finalidade exclusiva seja o controle da atividade administrativa. Trata-se, muito mais, de uma ação visando ao controle de atividades que traduzem potencial efeito negativo sobre um amplo número de sujeitos. Sob certo ângulo, a ação civil pública é o equivalente das class actions do direito norte-americano'.*

3. *In casu*, o contrato discutido nos presentes autos é acessório a um Contrato de Gestão declarado nulo nos autos de outra Ação Civil Pública (2009.01.1.048713-4), razão porque deve ser declarado igualmente nulo.

4. *Impera esclarecer que o ordenamento jurídico veda a confirmação do negócio jurídico nulo, segundo previsão constante nos art. 169 e 184 do Código Civil. Tal disposição se aplica ao contrato sob análise, nos termos do art. 54 da Lei 8.666/93, que prevê que os contratos administrativos são regulados pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.*

5. *Remessa oficial improvida."*

(20090110987154RMO, 5ª Turma Cível, Rel. Des. João Egmont, DJe de 7/4/2014).

19. Por oportuno, impende transcrever relevantes trechos do citado julgado, a fim de tornar mais robusta a **necessidade de provimento do Pedido de Reexame** interposto pela d. Segunda Procuradoria:

*"De acordo com a sentença, foi julgado procedente o pedido para declarar a nulidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009, tendo sido declarada a nulidade do contrato firmado, em 25/05/2009, entre a Organização Social e a licitante vencedora Intensicare Gestão em Saúde LTDA.*

(...)

*Com efeito, se o Contrato de Gestão nº 1, de 21/1/2009, firmado entre o Distrito Federal e a Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência foi declarado nulo em outra Ação Civil Pública (2009.01.1.048713-4), o contrato discutido nos presentes autos, que é àquele acessório, também deve ser declarado nulo, pois há notória relação de acessoriedade entre os referidos negócios jurídicos.*

(...)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*Assim, correta se mostra a sentença recorrida quando declara a nulidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009 e a nulidade do contrato firmado entre a Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência e a empresa Intensicare Gestão em Saúde LTDA, em 25/5/2009.”*

20. Nesse espeque, mesmo que não houvesse o trânsito em julgado dos vv. Acórdãos acima mencionados, não é demais rememorar que tal fato não interferiria na **competência constitucional** desta e. **Corte de Contas** para o **exercício da atividade de controle externo** e da cediça **independência das instâncias**.

21. É cediço que uma conduta antijurídica pode ser classificada como ilícito penal, administrativo e civil, o que possibilita sua análise concomitante nestas três esferas, dada a especialidade de seu desiderato e a abrangência do pedido formulado, dando coerência à **independência inerente** a cada esfera.

22. Nesse sentido, ante o princípio da **independência das instâncias**, as decisões em processos judiciais, como regra, **não têm influência sobre os processos administrativos**, ressalvados os casos de **inexistência do fato ou negativa de autoria reconhecidos pelo juízo criminal**.

23. Sobre o assunto, cumpre trazer à baila a esclarecedora lição da ilustre Prof.<sup>a</sup> **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**<sup>1</sup>:

“A regra fundamental sobre a matéria está contida no artigo 935 do Código Civil, em cujos termos não se poderá questionar mais sobre a ‘existência do fato ou quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal’. A mesma norma se continha no artigo 1.525 do Código Civil de 1916. Em consonância com esse dispositivo, o artigo 126 da Lei nº 8.112/90 determina que ‘a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou da sua autoria’.

Por sua vez, o artigo 65 do Código de Processo Penal determina que ‘faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito’. E o artigo 66 estabelece que ‘não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato’.”

24. **In casu**, como apontado nos trechos mais acima destacados, o

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 26ª ed., 2013, p. 676-677.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

*deslinde da matéria judicial caminhou no mesmo sentido do apelo **sub examine**, ou seja, de considerar a **ilegalidade do Pregão nº 32/2009 e do Contrato nº 21/2009**, mormente face à ausência de previsão da subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a referente à manutenção de equipamentos, e da sua acessoriedade em relação ao Contrato de Gestão nº 1/2009.*

25. A ilegalidade do certame, efeito do **provimento do recurso** interposto pelo **MPC/DF** – e, por conseguinte, da **improcedência das justificativas** –, importa na alteração do item **b** da **r. Decisão nº 2.358/2013**, **devendo o e. Tribunal, inclusive, aplicar a sanção prevista no art. 57, II, da LC nº 1/1994, aos responsáveis envolvidos**, tal qual já requerido em manifestação anterior do Ministério Público.

26. Por derradeiro, em razão de não haver apreciação **específica** a respeito da regularidade e economicidade dos pagamentos realizados no bojo do Contrato nº 21/2009, **declarado nulo pelo Poder Judiciário**, mister se faz a atuação deste **c. TCDF** nesse sentido, tal qual postulado no recurso em exame e mencionado acima, uma vez que compete ao **c. Tribunal**, no exercício do controle externo, fiscalizar a legalidade e economicidade na aplicação de recursos repassados pelo Distrito Federal, nos termos do art. 78, VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reproduzido no art. 1º, VII, da LC nº 1/1994.

27. Ante o exposto, este **Parquet** especializado **opina pelo provimento do Pedido de Reexame** interposto às fls. 1.979/1.984-v, **especialmente com as considerações acima**”

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

### VOTO

13. Trata-se do exame da Representação nº 07/2009-CF, formulada pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas, versando sobre eventual inobservância dos princípios da legalidade e economicidade no Contrato de Gestão nº 01/09-SES/DF firmado, com dispensa de licitação, entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF e a Real Sociedade Espanhola de Beneficência (RSEB).

14. Nesta fase, examina-se o mérito do Pedido de Reexame de fls. 1979/1984-v, interposto pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas contra os termos do inciso II, alínea “b”, da Decisão nº 2.358/13-CMA (fl. 1973), **in verbis**:

#### **DECISÃO Nº 2358/13 (CMA)**

*“(II) considerar: [...] b) suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea “a” da Decisão nº 94/2010; [...]”*

15. O inciso V, alínea “a”, da Decisão Reservada nº 94/10-CMA (fls.1150/1151) está assim redigido:

#### **DECISÃO RESERVADA Nº 94/10 (CMA)**

*“[...] V - **determinar à SES, ainda, que apresente razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, quanto: a) à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão; [...]”***

16. O apelo foi conhecido, no efeito suspensivo, e concedido à Secretaria de Estado de Saúde a oportunidade de oferecer contrarrazões (Decisão nº 3.007/13-CMA<sup>1</sup>, fl. 2013).

<sup>1</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público especial, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da LC n.º 01/94, conferindo efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão n.º 2358/13; II – com fundamento no art. 188, §6º, do Regimento Interno do TCDF, determinar a oitiva da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para que, no prazo de 30 (trinta) dias, ofereça as contrarrazões que entender pertinentes em face do recurso em tela; III – retornar o feito à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

17. Ato contínuo, o Conselheiro RENATO RAINHA, designado para relatar o mérito do recurso, decidiu facultar à Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência-RSEB e à empresa Intensicare Gestão de Saúde Ltda. a oportunidade de também se manifestarem (Despacho Singular nº 287/14-CRR, fls. 2.063/2.064).

18. A Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência encaminhou a peça de fls. 2.076/2.081. A empresa Intensicare Gestão de Saúde Ltda. ficou-se silente.

19. Em virtude de o nobre Conselheiro RENATO RAINHA estar no exercício da Presidência, estes autos me foram redistribuídos em 5.3.2015 (fl. 2.130).

20. Passa-se à análise, não sem antes contextualizar a matéria.

21. Em 21.1.2009, o Distrito Federal firmou com a Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência – RSEB o Contrato de Gestão nº 01/09 (fls. 160/173). A avença tinha por objeto a organização, implementação, execução e operacionalização das ações e serviços a serem prestados pelo Hospital Regional de Santa Maria – HRSM/DF.

22. No primeiro semestre de 2009, a RSEB, em contrariedade às normas que regem o ajuste<sup>2</sup>, subcontratou sem autorização contratual a prestação dos serviços de suporte de gestão e apoio às atividades de assistência de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em 70 leitos do HRSM/DF. Para tanto, valeu-se do Pregão Eletrônico nº 32/09, no qual sagrou-se vencedora a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda. O Contrato nº 21/2009 que se seguiu, estipulou o valor da diária por leito em R\$ 1.322,32 e em R\$ 33.322.500,00 para 12 (doze) meses.

23. Ainda em 2009, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT ajuizou perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT duas ações civis públicas: a de nº 2009.01.1.048713-4, contra o DF e a RSEB, com o objetivo de declarar a nulidade do Contrato de Gestão nº 01/99; e a de nº 2009.01.1.098715-4, em desfavor do DF, RSEB e Intensicare, buscando a declaração de nulidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009.

24. Nesta Corte, além deste, foram autuados dois outros

<sup>2</sup> O item 1.1.2 do Contrato de Gestão nº 01/09 não amparou a subcontratação da empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., permitindo apenas a subcontratação das especialidades médicas nos moldes apontados naquele Contrato.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

processos para tratar da questão. O Processo nº 39.440/09 que versa sobre o acompanhamento da execução do Contrato de Gestão nº 01/09 e está sob a relatoria do Conselheiro PAULO TADEU. O Processo nº 16.192/10 que trata da prestação de contas anual do aludido ajuste e está sob a minha relatoria.

25. Em razão da utilização de recursos federais transferidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), o Tribunal de Contas da União autuou o Processo nº TC 026.482/2012-6 (fls. 2042/2052) para analisar os pagamentos feitos à empresa Intensicare em razão dos Contratos nºs 14-A/2011 e 164/2011. O primeiro teve vigência de 19.4.2011 a 16.10.2011 (com valor da diária por leito de R\$ 890,15) e o segundo de 16.11.2011 a 13.5.2012 (com valor da diária por leito de R\$ 1.257,57).

26. Insta destacar que **o Contrato de Gestão nº 01/09-SES/DF, ora em análise vigorou apenas até novembro de 2010**, pois, em razão de diversas irregularidades, o Governo do Distrito Federal editou o Decreto nº 32.430, de 9.11.2010<sup>3</sup>, ordenando a intervenção total na administração do Hospital Regional de Santa Maria.

27. Deste modo, **os pagamentos que foram avaliados pelo TCU originaram-se da contratação realizada pelo GDF**, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, **e não pela RSEB**. No TCDF a última matéria está sendo tratada no bojo do Processo nº 29.744/11, também de minha relatoria.

28. Por derradeiro, o TJDF, acolhendo pedidos formulados pelo MPDFT, declarou a **nulidade do Contrato de Gestão nº 01/09 e do Pregão Eletrônico nº 32/2009**. As sentenças foram prolatadas em 13.8.2013, já tendo ocorrido o **trânsito em julgado**<sup>4</sup>.

29. Superada a contextualização, verifica-se que o recurso ora em exame teve como alvo o inciso II, alínea “b”, da Decisão nº 2.358/13-CMA e requer a **determinação para apuração, em autos próprios, da legalidade do Contrato nº 21/09**, firmado entre a Organização Social e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., e a **regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à referida empresa**.

30. A Instrução sinaliza que, apesar de o recurso ministerial abarcar pleito que extrapola aos termos do inciso II, alínea “b”, da Decisão nº

<sup>3</sup> Publicado no DODF de 10.11.2010.

<sup>4</sup> A nulidade do Contrato de Gestão nº 01/09 foi mantida em Segundo Grau de jurisdição pelo v. Acórdão nº 836.679, prolatado pela c. 5ª Turma Cível do e. TJDF, com trânsito em julgado em 5.2.2015. Do mesmo modo, a nulidade do Contrato nº 21/09 foi mantida pela mesma turma, com trânsito em julgado em 14.5.2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

2.358/13-CMA, as ações judiciais postam-se no sentido de considerar a ilegalidade daquilo que é discutido nesta etapa processual. Forte neste argumento, a Unidade Técnica manifesta-se pelo provimento do Pedido de Reexame.

31. O Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento da SEACOMP, em cota complementar (fls. 2124/2129), tece as seguintes considerações:

*“6. [...] o provimento do apelo, ora proposto, conduz, necessariamente, à reforma da Decisão 2358/2013, e em consequência, à ilegalidade do Contrato nº 21/2009. Assim, não há porque sejam inaugurados outros autos para tratar do tema, conforme requer o MP.*

*7. No que se refere à regularidade e economicidade dos pagamentos, destacamos que tais aspectos vem sendo tratados em outros feitos, especialmente no Processo de nº 39.440/2009. [...]*

*[...]*

*9. Conclui-se, assim que o provimento do apelo não conduz ao exame da regularidade dos pagamentos referentes ao ajuste firmado entre a RSEB e a empresa Intensicare. Primeiro, porque a matéria é objeto de outros autos; segundo, porque o tema não foi deliberado pela Corte na Decisão ora atacada, que se restringiu à legalidade do Contrato.*

*10. Aspecto relevante consiste na consequência do provimento do recurso em exame, proposto nesta oportunidade. Conforme visto, a Decisão nº 94/2010 determinou à SES que apresentasse justificativas quanto à legalidade dos procedimentos que levaram à assinatura do Contrato 21/2009-HRSM. A improcedência das justificativas, efeito do apelo interposto pelo MP, não enseja, de pronto, imposição de multa aos responsáveis, visto que a deliberação citada foi dirigida à Jurisdicionada, e não aos agentes públicos envolvidos.*

*11. Dessa forma, entendemos que a matéria deve ser considerada no exame da prestação de contas anual da RSEB, objeto do Processo 16.192/2010. Nos referidos autos, a Corte poderá, ao final, deliberar sobre a regularidade das contas da entidade, levando em conta diversos aspectos,<sup>4</sup> entre os quais a subcontratação dos serviços de terapia intensiva, não prevista no Contrato de Gestão.” (grifei).*

32. Concluindo, o Titular da 2ª Divisão de Acompanhamento da SEACOMP sugere o provimento do Pedido de Reexame, a ilegalidade do

<sup>4</sup> Resolução TCDF 164/2004.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, dando-se conhecimento à Secretaria de Contas para que anote a falha e a observe quando do exame da Prestação de Contas Anual da Real Sociedade Espanhola de Beneficência (Processo nº 16.192/10).

33. O **Parquet** especial, em Parecer do i. Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, acolhe em parte o entendimento lançando pela Unidade Técnica.

34. No entender do Ministério Público, a análise específica a respeito da execução do Contrato nº 21/09, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare, **incluindo a regularidade e a economicidade** dos pagamentos **não está sendo realizada no Processo nº 39.440/09**. Desta maneira, pugna pelo provimento do apelo, com consequente improcedência das justificativas apresentadas em atenção ao inciso V, alínea “a” da Decisão nº 94/10-CMA; autuação de **processo em apartado** para a apuração que requer; e aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94 aos responsáveis envolvidos.

35. O ponto fulcral da divergência entre os Pareceres consiste no momento de aplicação de multa aos responsáveis pela ilegalidade do Pregão nº 32/09 e do Contrato nº 21/09 e na necessidade de autuação de processo específico para tratar da regularidade e economicidade dos pagamentos realizados em decorrência do referido ajuste.

36. Com a devida vênia ao **Parquet**, a instauração de um novo processo para apuração da regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda.<sup>5</sup> não se faz necessária. A matéria perfila tema relativo à execução do Contrato de Gestão nº 01/09 e os possíveis prejuízos decorrentes da execução deste ajuste estão sendo avaliados pelo Tribunal no âmbito do Processo nº 39.440/09, especialmente em virtude de a questão ter sido aventada pela nobre Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA em seu Parecer de nº 1.189/12 (e-doc 3483E4D6).

37. Inobstante, a fim de que a regularidade e a economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda. não passe ao largo da apuração conduzida no Processo nº 39.440/09, entende-se prudente que esta Corte emita determinação expressa neste sentido.

38. Quanto à imposição da multa prevista no art. 57, inciso II, da

---

<sup>5</sup> Oriundos do Contrato nº 21/09.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

Lei Complementar nº 01/94, discordo do entendimento do Órgão Ministerial. A aplicação desta penalidade deverá ser ponderada no bojo do Processo nº 16.192/10, que examina a Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 1/09, a fim de evitar possível **bis in idem**.

39. O Tribunal, por meio da Decisão nº 1.809/16-CPM, determinou a audiência dos responsáveis para que – dentre outras falhas – apresentem esclarecimentos sobre a terceirização dos serviços de UTI sem previsão contratual (inciso II, subitem nº 28 do **decisum**<sup>6</sup>).

40. Na Sessão Ordinária do dia 11. último, em atenção à manifestação do i. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO – no sentido de que havia outra decisão judicial que poderia influenciar no julgamento do Plenário e que não havia sido considerada na elaboração do Voto –, retirei o processo de pauta para averiguação.

41. A decisão judicial a que fez referência o nobre par foi prolatada em 4.2.2016, no bojo do Processo TJDFT nº 2014.01.1.044114-4. O que se busca nestes autos – que tem como requerente o Distrito Federal e como requerida a Real Sociedade Espanhola de Beneficência – é a recomposição do erário distrital no montante de R\$ 24.934.641,35 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), valor<sup>7</sup> que foi repassado no âmbito do Contrato de Gestão nº 01/09 e, supostamente, aplicado de forma indevida pela requerida.

42. Quanto a este ponto, duas questões merecem atenção: i) a RSEB deixou de apresentar contestação no processo judicial, razão pela qual presumiram-se verdadeiras as alegações apresentadas pelo Distrito Federal, o que colaborou para a condenação no exato montante indicado pelo requerente; e ii) houve interposição de recurso de apelação, recebido no duplo efeito (em 14.3.2016), **sem julgamento de mérito até o presente momento**. Desta forma, em razão do **efeito suspensivo**, a sentença em referência não

<sup>6</sup> Decisão nº 1.809/16: [...]

II. autorizar, com fulcro no art. 13, inciso III da Lei Complementar nº 1/94, a audiência dos responsáveis nominados no § 61 do Parecer nº 1.008/2015-ML, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas, em face dos seguintes achados do Relatório de Auditoria nº 01/2011-DISED/CONAS/CONT/STC (fls. 807/839 do Processo apenso nº 060.005.889/10):

[...]

28) subitem 13.1 (Terceirização dos serviços de UTI sem previsão contratual);

<sup>7</sup> O valor da condenação é resultante de diversas irregularidades verificadas na Auditoria nº 9.572, realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (MS/SGEP). Cita-se a título exemplificativo: valores utilizados para pagamento de passagens e hospedagem, locações diversas (mesas, cadeiras, etc.), despesas com documentação pendente ou em desconformidade, rendimentos de aplicações financeiras, despesas com a prestação de serviços de UTI sem comprovação da efetiva execução dos serviços, etc.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

produz qualquer efeito.

43. Em que pese a valorosa contribuição do e. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, já havia destacado (§ 36) que **a execução do Contrato de Gestão nº 01/09** – que compreende a apuração de possível prejuízo nas despesas realizadas pela RSEB, incluindo a contratação da empresa Intensicare – está sendo avaliada pelo TCDF no âmbito do Processo nº 39.440/09. Desta forma, fácil concluir que – caso tivesse eficácia – a sentença prolatada pela Corte de Justiça teria influência apenas no processo que está sob a relatoria do e. Conselheiro PAULO TADEU, e não nestes autos.

44. Em razão do apelo formulado pelo **Parquet**, a discussão ora travada – e, se acolhido o meu voto, superada – restringe-se à legalidade do Contrato de Gestão nº 01/09. Para que não haja dúvida, transcrevo trecho da Instrução do zeloso Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento (fls. 2124/2129):

*“9. Conclui-se, assim que o provimento do apelo não conduz ao exame da regularidade dos pagamentos referentes ao ajuste firmado entre a RSEB e a empresa Intensicare. Primeiro, porque a matéria é objeto de outros autos; segundo, porque o tema não foi deliberado pela Corte na Decisão ora atacada, que se restringiu à legalidade do Contrato.”* (grifei).

Com estes esclarecimentos, de acordo **in totum**, com o Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento da SEACOMP, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. autorize o levantamento do sobrestamento determinado pelo Despacho Singular nº 287/14 (fls. 2.063/2.064);

II. dê provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas, em face do inciso II, alínea “b” da Decisão nº 2.358/13;

III. considere ilegal o Pregão Eletrônico nº 32/09, realizado pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência, que culminou com o Contrato nº 021/09-HRSM, celebrado com a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não estava contemplada no Contrato de Gestão nº 1/09 firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde e a referida



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Fls.:

Proc.: 4.027/09

Rubrica

organização social;

IV. dê ciência da decisão que vier a ser proferida:

a) à Secretaria de Contas para que a falha verificada nos autos seja anotada e analisada na Prestação de Contas Anual da Real Sociedade Espanhola de Beneficência (Processo nº 16.192/10), bem como para que a regularidade e a economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda. sejam apuradas no âmbito do Processo nº 39.440/09;

b) à Secretaria de Estado de Saúde, à Real Sociedade Espanhola de Beneficência e à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda.,

V. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro - Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II)